

GRUPO

Bial

EXERCÍCIO de 2018

- RELATÓRIO de GESTÃO
- BALANÇO ANALÍTICO
- DEMONSTRAÇÃO dos RESULTADOS por NATUREZA
- DEMONSTRAÇÃO das ALTERAÇÕES do CAPITAL PRÓPRIO
- DEMONSTRAÇÃO dos FLUXOS DE CAIXA
- ANEXO ao BALANÇO e à DEMONSTRAÇÃO dos RESULTADOS

Trofa, 2019 março.

[Handwritten signature]
U.
h
MP
1/19

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DE BIAL HOLDING, S.A.

1. COMPOSIÇÃO DO GRUPO BIAL

O Grupo BIAL, cuja empresa mãe é BIAL Holding S.A., era constituído em 2018.12.31 por quinze empresas, nove das quais no estrangeiro, e um escritório de representação na Costa do Marfim.

Em Portugal, a BIAL Holding, S.A. tem participações de 100% em cinco empresas (BIAL - Portela & C^a, S.A., MediBIAL - Produtos Médicos e Farmacêuticos S.A., BIALport - Produtos Farmacêuticos S.A., InterBIAL - Produtos Farmacêuticos, S.A. e BIAL Health Care S.A.).

Em Espanha, BIAL Holding, S.A. tem uma posição direta de 100% no capital de Laboratorios BIAL, S.A.

Na Alemanha, BIAL Holding, S.A. tem uma posição direta de 100% no capital de BIAL Deutschland GmbH.

No Reino Unido, BIAL Holding, S.A. tem uma posição direta de 100% no capital de BIAL Pharma UK Limited.

Em Itália, BIAL Holding, S.A. tem uma posição direta de 100% do capital de BIAL Italia, S.r.l.

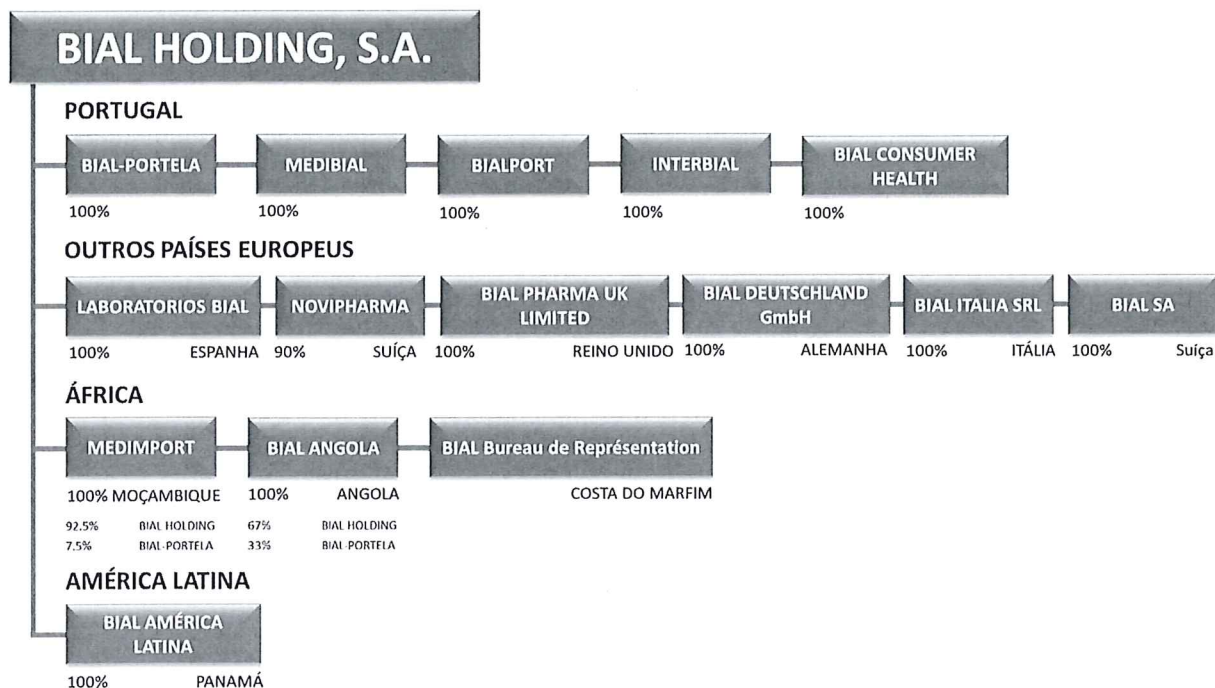
Em Angola, BIAL Holding, S.A. tem o controlo de 100% de BIAL Angola, S.A., 67% diretamente e 33% através de BIAL Portela & C^a, S.A.

Em Moçambique, BIAL Holding, S.A. tem o controlo de 100% da Medimport - Importação, Exportação e Distribuição, Lda., 92,5% diretamente e 7,5% indiretamente através de BIAL - Portela & C^a, S.A.

Na Suíça, BIAL Holding, S.A. tem uma participação direta de 90% na Novipharma S.A. e em 2018 foi criada a empresa BIAL SA, participada a 100% pela BIAL Holding SA.

No Panamá, BIAL Holding, S.A. tem uma participação direta de 100% na BIAL América Latina.

Na Costa do Marfim tem um escritório de representação.



2. ATIVIDADE do GRUPO BIAL

Em 2018, o volume de negócios consolidado foi de € 260,6 M, um crescimento de 2% face ao ano anterior. Esta evolução resulta dum forte crescimento das vendas, + 23%, e dum forte decréscimo dos serviços prestados, - 67%, face ao ano anterior.

As vendas foram de € 240,8 M, tendo crescido € 45,5 M, devido fundamentalmente ao crescimento das vendas nos EUA (+ € 20,8 M) e Espanha (+ € 16,9 M). No entanto, é de salientar que a maioria dos países teve uma evolução positiva, incluindo Portugal, Alemanha, Moçambique e Angola, países que, a par dos EUA e Espanha, são os principais mercados do Grupo. Para o crescimento das vendas foi decisivo o crescimento de Zebinix\Aptiom e de Ongentys, que no conjunto representaram uma faturação de € 125 M.

Os serviços prestados foram de € 19,9 M, dos quais € 6,0 M respeitam a serviços em Portugal de natureza promocional e os restantes nos mercados externos, dos quais € 12,9 M são “milestones” relativos a contratos de licenciamento dos fármacos de investigação BIAL, Zebinix (antiepilético) e Ongentys (anti parkinsoniano). A redução dos serviços prestados é explicada por, em 2018, as receitas desses contratos de licenças se terem reduzido substancialmente face a 2017, devido ao ciclo de vida dos diversos contratos em vigor e dos pagamentos neles previstos. É de salientar que, de acordo com os contratos de licença já assinados, o Grupo estima receber € 119 M de “milestones” a médio prazo.

O antiepilético de investigação BIAL, comercializado na Europa e outros países do mundo com a marca Zebinix, e nos EUA e Canadá com a marca Aptiom, vendeu € 105 M, sendo responsável por cerca de 40% da faturação consolidada.

O medicamento para a doença de Parkinson, comercializado com a marca Ongentys, faturou € 20 M em 2018 (8% do volume de negócios), nos cinco países em que está comercializado (Alemanha, Reino Unido, Espanha, Itália e Portugal), os últimos dois desde setembro de 2018.

No seu conjunto, os dois medicamentos de investigação BIAL representaram 48% do volume de negócios do Grupo em 2018.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Estes dois produtos irão reforçar a sua faturação no Grupo, especialmente Ongentys que ainda está numa fase inicial de comercialização, estando previsto em 2020 o lançamento em diversos países (EUA, Japão, Suíça, Áustria, Países Nórdicos, Roménia, Coreia do Sul).

A composição do volume de negócios por área geográfica revela a internacionalização do Grupo BIAL, em que 71% do "turnover" é proveniente do exterior, incluindo serviços prestados e transferências de tecnologia. Espanha representou 30% do volume de negócios (€ 76,9 M) e os EUA representaram 24% (€ 62,6 M). Portugal representou 29% do volume de negócios (74,5 M).

A Espanha tem vindo a registar nos últimos anos uma forte dinâmica comercial, tendo crescido 28% face a 2017. Esta evolução resulta do dinamismo do seu principal produto, Zebinix, que faturou € 37,8 M, +23%. Ongentys já contribuiu com € 5,3 M, +220% que em 2017, ano em que se iniciou a sua comercialização, tendo sido o sexto produto mais importante da sua gama. Em 2018 foi introduzido um novo medicamento, com a marca Gregal, para a doença pulmonar obstrutiva crónica, que faturou € 1,7 M. No ranking do mercado farmacêutico ambulatorio, informação IQVIAIMS, BIAL ocupava, em 31 de dezembro 2018, a 33ª posição, naquele que é o quinto maior mercado europeu, tendo subido três posições face a 2017. Com a continuação da dinâmica comercial, alicerçada em Zebinix e potenciada pelos novos produtos lançados em 2017 / 2018 (Biresp, Ongentys e Gregal) prevê-se o reforço da posição de BIAL neste importante mercado.

Em Portugal a faturação e a prestação de serviços promocionais cresceu 6%, para o que contribuíram especialmente os seis medicamentos lançados desde 2016. Em setembro de 2018 foi lançado Ongentys, que faturou € 0,5 M, valor muito interessante considerando a dimensão do mercado da doença de Parkinson. A 31 de dezembro de 2018 BIAL ocupava a 7ª posição do mercado farmacêutico ambulatorio, mantendo a mesma posição do ano anterior. Os seis produtos lançados desde 2016 cresceram 41%, permitindo compensar a perda de patente de alguns medicamentos comercializados por BIAL e as descidas de preços administrativamente aplicadas (-2% no conjunto da gama). Em 2019 prevê-se o lançamento de dois novos medicamentos, Elvanse, licença da farmacêutica Shire, com indicação terapêutica para a hiperatividade e défice de atenção, e Elebrato, licença da GSK, com indicação para a doença pulmonar obstrutiva crónica. Ambos são produtos inovadores, que irão contribuir para um melhor controlo das respetivas doenças e uma melhoria acentuada da qualidade de vida dos pacientes. Em 2018 foi reformulada a distribuição e promoção da gama de medicamentos OTCs de BIAL, assumindo-se diretamente a promoção através da empresa BIAL Consumer Health e a sua distribuição por um operador especializado nessa área. A avaliação é claramente positiva e manter-se-á em 2019 o atual modelo de negócio.

A Península Ibérica é um mercado com dimensão mundial, sendo um dos cinco grandes mercados europeus, a par da Alemanha, Reino Unido, França e Itália. Este espaço geográfico é o oitavo maior mercado mundial, sendo BIAL uma das maiores empresas no mercado ibérico. Será um dos pilares do Grupo nos próximos anos, a par dos restantes mercados da União Europeia e dos EUA, a que se acrescentará o Japão e a China.

Como já foi referido, os EUA foram o terceiro país mais importante para BIAL, com uma faturação de € 62,6 M, dos quais € 54,3 M respeitam a vendas de Aptiom, um crescimento de 62% face a 2017. O restante valor diz respeito a "milestones" recebidos da Neurocrine relativos ao licenciamento de Ongentys. Com o futuro seu lançamento, o mercado norte americano continuará a ser determinante no crescimento de BIAL e na sua internacionalização.

Na Alemanha e Reino Unido, desde outubro de 2016 que BIAL tem uma presença direta na comercialização e promoção de Ongentys nesses dois mercados. As vendas são efetuadas diretamente por BIAL - Portela & Cª., S.A. aos distribuidores nesses dois países, sendo as filiais responsáveis pela sua promoção médica. Em 2018 as vendas de Ongentys foram de € 12,0 M,



+35% que em 2017, prevendo-se crescimentos significativos nos próximos anos. A par da promoção de Ongentys, as equipas de BIAL promovem igualmente Zebinix em co-promoção com a Eisai, empresa licenciada e que comercializa o produto nesses países.

Em setembro de 2018, a filial de BIAL em Itália iniciou a comercialização de Ongentys, produto que teve uma excelente receção por parte dos neurologistas italianos. Nos quatro meses de comercialização as vendas foram de € 1,2 M, sendo expectáveis vendas significativas em 2019. A par de Ongentys, BIAL Itália promove Zebinix que é comercializado pela empresa licenciada (Eisai).

Nos países emergentes a evolução comercial foi igualmente positiva, com particular destaque para Moçambique e Angola. Em Moçambique a faturação foi de € 9,5 M, +73% que em 2017, quer pelo forte dinamismo no mercado ambulatorio, quer pelos concursos hospitalares. Em Angola as vendas foram de € 6,9 M, mais 27% que em 2017. A situação está a ser normalizado em termos de transferências de divisas para pagamento das encomendas, o que perspectiva um 2019 com uma evolução favorável em termos comerciais e financeiros.

São globalmente positivas as perspectivas de crescimento para 2019 nos diversos países em que BIAL está presente, particularmente em Espanha, EUA, Itália e Alemanha. Em Portugal, prevê-se um decréscimo das vendas devido à descontinuação da comercialização \ promoção de três medicamentos, cuja faturação não será possível ser compensada no curto prazo pelos novos lançamentos.

3. INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO

O Grupo BIAL implementou desde a década de noventa, um importante e ambicioso projeto de I&D focalizado nos sistema nervoso central e área cardiovascular. Em 2007, iniciou-se o retorno financeiro do investimento com a assinatura do primeiro contrato de licenciamento de uma nova molécula farmacêutica de raiz portuguesa (novo medicamento antiepilético, cujo princípio ativo é o acetato de eslicarbazepina, comercializado com duas marcas a nível mundial – Zebinix e Aptiom), para os EUA e Canadá. Seguiu-se em 2008 o acordo de licença para a Europa do mesmo medicamento.

Em 2013, é de assinalar o primeiro licenciamento relativo a um novo medicamento para a doença de Parkinson investigado por BIAL, à empresa farmacêutica ONO para o Japão, cujo princípio ativo tem a designação de Opicapone e é comercializado com a marca Ongentys. Assim, num período de cinco anos, BIAL passou a ter dois novos medicamentos licenciados, garantia de um forte potencial comercial a médio e longo prazo, como se veio a concretizar.

Em 2009, é lançado em alguns países da União Europeia o Zebinix, a que se seguiram outros mercados, sendo de destacar o dos EUA, em 2014, com a marca Aptiom. Em 2018, como já foi referido, o novo antiepilético BIAL faturou € 105 M, contribuindo de forma decisiva para a dimensão e crescimento de BIAL.

Em 2016 é iniciada a comercialização de Ongentys na Alemanha e Reino Unido, a que se seguiram os lançamentos em Espanha, Itália e Portugal. Em 2018 a sua faturação foi de € 20 M, tendo um forte potencial de crescimento nos próximos anos, quer nos mercados em que já está comercializado, quer nos países em que será comercializado nos próximos anos. EUA, Japão, Suíça, Países Nórdicos, Áustria, Roménia, Coreia do Sul e China são mercados em que Ongentys será lançado por BIAL, ou por empresas por si licenciadas, no biénio 2020/21.

Podemos afirmar que a I&D de BIAL teve um impacto muito relevante no crescimento do Grupo, que se irá manter no futuro. Foi possível materializar todo o esforço realizado na descoberta de



dois novos medicamentos, que contribuem para uma melhor qualidade de vida dos doentes com epilepsia e com doença de Parkinson. E acreditamos que a médio prazo novos medicamentos serão disponibilizados para uma melhor saúde dos pacientes.

Os trabalhos de investigação do projeto BIA2, Zebinix/Aptiom continuam com o objetivo de obter um melhor conhecimento sobre as suas características clínicas e potenciar a sua utilização nos diversos perfis dos doentes antiepiléticos. Assim, estão em curso estudos e ensaios clínicos que visam robustecer o conhecimento sobre o medicamento e facilitar a sua utilização terapêutica.

O projeto BIA9, relativo ao Ongentys (opicapone), continua a ser objeto de investimento, em estudos e ensaios clínicos, com os mesmos fins do acima mencionado. Acresce o apoio que BIAL dá às empresas que licenciaram o medicamento e que o estão a registar nos respetivos países.

É de grande significado para BIAL ter presentemente dois medicamentos de investigação própria comercializados a nível mundial, credibilizando a qualidade da sua I&D e garantindo a médio prazo o seu crescimento sustentado em termos comerciais.

A par dos dois principais projetos, foram desenvolvidos ensaios clínicos de fase I no projeto BIA5 (hipertensão pulmonar arterial), e iniciaram-se os ensaios de fase de II. Em 2019 será a este projeto que será afeto o maior esforço de investigação.

Os restantes projetos estão em fase pré-clínica pelo que ainda há um longo programa de trabalho a implementar, sendo ainda prematuro avaliar o seu potencial terapêutico e de mercado.

Dois dos objetivos estratégicos do Grupo BIAL, internacionalização e I&D, serão reforçados nos próximos anos com os resultados já obtidos e com os investimentos em curso.

Em 2018, os investimentos em investigação e desenvolvimento totalizaram € 54,2 M (€ 38,0 M em 2017) repartidos por:

- Despesas correntes de funcionamento, no valor de € 40,8 M, excluindo amortizações; e
- Aquisições para o ativo intangível e tangível, no valor de € 13,3 M;

As amortizações de I&D foram de € 20,4 M. Como gastos do exercício foram contabilizados € 63,8 M associados à I&D.

Dos contratos de licenciamento realizados com empresas terceiras, estão previstos a médio prazo receitas de € 119 M, o que será um contributo importante para o autofinanciamento do investimento em I&D.

4. SITUAÇÃO ECONÓMICO e FINANCEIRA

A estrutura económica e financeira do Grupo é equilibrada, compatibilizando-se essa estrutura com o forte programa de investimentos em I&D. As metas já alcançadas são a garantia da rentabilidade dos investimentos realizados e a realizar, que se traduziram em importantes transferências de tecnologia e, a partir de 2014, inclusive, com resultados comerciais significativos (48% das vendas do Grupo em 2018). O investimento em I&D realizado foi compatível com essa estrutura equilibrada, não obstante o enorme esforço financeiro realizado. Nos últimos anos foram investidos € 546 M, valor muito significativo, tanto em termos absolutos, como relativos.

Os Resultados Líquidos do Grupo, em 2018, foram negativos em € 2,3 M, dos quais € - 3,6 M atribuíveis aos detentores do capital da empresa mãe, BIAL Holding. Os Resultados Operacionais foram de € 6,3 M e o EBITDA de € 32,7 M. Para estes resultados contribuiu o enorme esforço

financeiro realizado em I&D, a par de receitas reduzidas provenientes dos acordos de licença. Não obstante o bom dinamismo comercial dos dois medicamentos de investigação BIAL e, numa forma geral, da restante gama, os resultados do exercício são negativos. No entanto, os resultados não afetam a estrutura económica e financeira do Grupo, mas estão tomadas medidas no corrente ano para evitar uma situação similar.

Os Capitais Próprios são de € 226,5 M, o Passivo de € 331,2 M e o Ativo de € 557,7,3 M, o que continua a refletir um balanço saudável, com indicadores de solvabilidade e autonomia financeira positivos.

BIAL - Portela & C^a., S.A. que centraliza a atividade de I&D do Grupo, assim como a atividade comercial em Portugal, além das exportações para vários mercados, constitui a empresa de referência do Grupo. A sua faturação foi de € 200,1 M e o seu EBITDA de € 35,5 M. Os seus Resultados Líquidos foram de € 1,5 M.

A filial de Espanha apresentou um volume de negócios de € 76,9 M. O contributo do seu resultado líquido para as contas consolidadas foi de € 1,8 M. O mercado espanhol é prioritário para BIAL e continuará a ser através de crescimento orgânico, baseado essencialmente em Zebinix, mas também em Ongentys, lançado em maio de 2017. Os dois novos medicamentos para a asma e DPOC lançados, respetivamente em 2017 e 2018, irão ter igualmente um contributo positivo significativo.

A Novipharma teve igualmente em 2018 um importante contributo para as contas do Grupo, com uma faturação de CHF 38,0 M e um resultado líquido de CHF 14,5 M.

A Medimport teve um volume de negócios de € 9,6 M e um resultado líquido de € 1,3 M, um contributo interessante para o Grupo, sendo a empresa líder de mercado nesse país.

A BIAL Itália contribuiu para a faturação consolidada do Grupo em € 1,2 M e teve um resultado líquido negativo de € 0,4 M. A empresa iniciou a sua atividade comercial somente em setembro o que explica o seu volume de faturação e resultados. Nos próximos anos haverá uma alteração substancial do seu contributo para o Grupo.

As restantes empresas não têm significado ao nível das contas consolidadas do Grupo uma vez que a sua atividade é quase exclusivamente realizada com a BIAL Portela & CA, pelo que é anulada em termos de consolidação contabilística.

Em conclusão, 2018 caracterizou-se por uma forte dinâmica comercial, uma substancial redução das receitas provenientes dos contratos de transferência de tecnologia, e um enorme esforço financeiro na I&D. Da conjugação destes três fatores resultou um resultado líquido negativo de € 2,3 M, que não afeta a estrutura económica e financeira do Grupo.

5. QUALIDADE e AMBIENTE

No que concerne à política da Qualidade, foram asseguradas as linhas gerais dos anos anteriores, com o cumprimento de bons indicadores de desempenho. Globalmente conclui-se que, em Portugal:

- O Sistema de Gestão da Qualidade encontra-se implementado em conformidade com os requisitos da nova Norma EN ISO 9001:2015 e legislação aplicável, sendo adequado e eficaz.
- A metodologia implementada referente à Gestão por Processos, reformulado em linha com a nova norma EN ISO 9001:2015, permitiu obter melhorias de produtividade.



- A consolidação das Boas Práticas (clínicas, de fabrico e de laboratório) é uma realidade, comprovadas quer por diversas auditorias externas e internas, quer pela certificação IDI e pelas BPL's (Boas Práticas de Laboratório).
- O programa de validações foi executado com resultados positivos.

Portugal manteve em 2018 todas as certificações e autorizações de fabrico e comercialização das diversas autoridades competentes.

No que diz respeito ao Programa de Gestão Ambiental os objetivos definidos foram de novo concretizados na sua generalidade e com melhorias consistentes.

A Política de Ambiente mantém-se adequada ao sistema implementado, e o Sistema de Gestão Ambiental encontra-se implementado em conformidade com os requisitos da nova Norma NP EN ISO 14001, 2015, sendo adequado e eficaz.

BIAL possui, também, a certificação OHSAS 18001, 2007/NP 4397 (Sistema de Gestão e Segurança e Saúde do Trabalho), na sequência da respetiva auditoria de renovação realizada em 2016.

Para 2019 os objetivos gerais são a manutenção de todas as certificações e autorizações legais, a par do cumprimento e melhoria dos diversos indicadores de gestão.

6. RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Grupo BIAL tem como missão desenvolver, encontrar e fornecer soluções terapêuticas na área da Saúde, de forma a contribuir para melhorar a qualidade de vida das populações. Este objetivo também é materializado através de parcerias culturais, científicas e sociais estabelecidas com entidades públicas e privadas.

O seu lema "Keeping life in mind" está presente em todos os seus colaboradores, sendo transversal às diversas áreas funcionais e em todas as geografias em que exercemos a nossa atividade.

É de salientar a participação na Fundação BIAL, entidade de utilidade pública fundada em 1984, conjuntamente com o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, tendo como principais atividades, a organização de simpósios, atribuição de bolsas de investigação e a atribuição dos Prémios BIAL. Em fevereiro do corrente ano foi entregue o Prémio BIAL de Medicina Clínica correspondentes à edição 2018, tendo recebido o primeiro prémio € 100'000 e atribuídas duas menções honrosas, com um valor unitário de € 10'000.

É de salientar em 2018 a criação pela Fundação BIAL do "BIAL Award in Biomedicine", cujo prémio é de € 300'000, e que vai ter a sua primeira edição em 2019. É um prémio de âmbito internacional, que visa premiar e reconhecer uma obra publicada, após 2010.01.01, de alta qualidade e relevante impacto científico na área da medicina.

O crescimento sustentado e a participação ativa no desenvolvimento da sociedade, são objetivos primordiais do Grupo BIAL, estando presente em muitas das ações e decisões do Grupo.

Em 2018, o Grupo BIAL manteve as contribuições para o desenvolvimento de várias Instituições, Associações, Fundações, Universidades e de outras entidades que têm como objetivo promover o bem-estar das pessoas, participando em numerosos projetos.

7. FACTOS SUBSEQUENTES A 2018.12.31

Não há factos relevantes a assinalar até à presente data.

8. PERSPETIVAS PARA 2019

O Grupo BIAL continuará a desenvolver os vetores estratégicos definidos e que permitiram o seu desenvolvimento sustentado como grupo farmacêutico internacional baseado na inovação. A Qualidade, a I&D, e a Internacionalização continuam a ser as suas prioridades, que estão refletidas nos planos, orçamentos de exploração e investimento aprovados para 2019, de acordo com as linhas orientadoras dos planos de médio prazo.

A dinamização da atividade comercial é uma prioridade, especialmente dos dois medicamentos de investigação própria, Zebinix\Aptiom e Ongentys, no mercado internacional.

Será dada continuidade aos projetos de I&D em curso, nomeadamente os que estão em fase final de investigação, como é o caso dos projetos BIA2 e BIA9. No projeto BIA2 mantém-se em curso alguns estudos para um melhor conhecimento do medicamento de forma a melhorar a sua utilização clínica e ajustá-lo a alguns perfis de doentes. Quanto ao projeto BIA9, mantém-se em curso os trabalhos de investigação nomeadamente alguns ensaios de fase clínicos de fase IV para aprofundar o seu conhecimento clínico e robustecer o conhecimento de Ongentys na prática clínica corrente.

No projeto BIA5, para a hipertensão pulmonar arterial, cujo princípio ativo desenvolvido por BIAL tem a designação de "Zamicastat", será dada continuidade ao programa de ensaios clínicos de fase I em curso, assim como aos ensaios clínicos de fase II.

Outros projetos de ID estão em curso, mas ainda em fases não clínicas pelo que o seu impacto a médio prazo não será significativo na atividade comercial de BIAL.

Em janeiro de 2018 foi concluída a expansão dos laboratórios de I&D em Portugal, assim como a construção de uma unidade piloto para o desenvolvimento e produção de medicamentos experimentais. Permitirá um aumento significativo das atividades de I&D nas fases pré-clínicas e de desenvolvimento dos novos princípios ativos de investigação BIAL.

Está em fase inicial de implementação um plano de investimentos para o triénio 2019-2021, que tem como objetivo reforçar a componente industrial e logística de BIAL em Portugal, quer pela modernização das atuais instalações e infraestruturas, quer pela sua expansão, de forma a poder dar resposta aos desafios da internacionalização, nomeadamente na União Europeia e EUA.

Em termos comerciais, o objetivo em 2019 é ter uma dinâmica forte nos mercados em que estamos presentes, particularmente nos EUA, Espanha, Alemanha, Reino Unido e Itália, para além de aproveitar a presença em dezenas de mercados emergentes, especialmente em Moçambique e Angola. A internacionalização comercial de BIAL continuará a assentar em Zebinix \ Aptiom e em Ongentys. Após o seu lançamento por BIAL em outubro de 2016, Ongentys tem tido uma evolução comercial muito interessante que se manterá em 2019 e será reforçada em 2020 com o lançamento em diversos novos países, como foi anteriormente referido.



A Qualidade continuará a ser uma premissa base da nossa atividade, tendo-se como objetivo manter ou melhorar os indicadores definidos para as diversas áreas funcionais de BIAL.

O Grupo BIAL encara com confiança e realismo os seus desafios, consciente da conjuntura complexa que se vive a nível mundial, mas assente numa base de negócio forte e centrada na União Europa e EUA, a que a médio prazo se juntará o Japão, e onde os países emergentes também têm o seu espaço de desenvolvimento. Os resultados dos projetos de I&D permitirão reforçar em 2019, e anos seguintes, a presença de BIAL nos mais importantes mercados farmacêuticos internacionais.

Trofa, 2019 03 15

O Conselho de Administração de
BIAL HOLDING, S.A. (empresa-mãe)

Luís Portela (Presidente)

António Portela (CEO)

Franz Hüner (Vogal)

Isabel Morgado (Vogal)

José Redondo (Vogal)









Miguel Portela (Vogal)

Soares da Silva (Vogal)

Bial Holding S.A.

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Valores em euros

ATIVO	Notas	DATAS	
		2018.12.31	2017.12.31
ATIVO NÃO CORRENTE :			
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS			
Terrenos e recursos naturais		8 646 508	8 646 508
Edifícios e outras construções		11 537 619	11 639 102
Equipamento básico		6 604 476	5 523 579
Equipamento de transporte		421 303	324 144
Equipamento administrativo		1 176 336	787 254
Outros ativos fixos tangíveis		269 055	255 972
Ativos fixos tangíveis em curso		1 565 527	346 921
Adiantamentos a fornecedores de investimento		2 290 000	0
	12	32 510 825	27 523 480
ATIVOS INTANGÍVEIS			
Projetos de desenvolvimento		216 021 550	223 638 432
Propriedade industrial		18 081 092	20 680 690
Outros ativos intangíveis		48 544	62 296
Ativos intangíveis em curso		857 085	746 475
Goodwill	8	11 886 963	13 585 097
	12	246 895 234	258 712 990
INVESTIMENTOS FINANCEIROS			
Partes de capital em outras empresas		114 820	114 820
Outros investimentos financeiros		326 449	263 585
	12	441 268	378 405
IMPOSTOS DIFERIDOS			
Ativos por impostos diferidos	10	61 471 297	57 139 856
		61 471 297	57 139 856
ATIVO CORRENTE :			
INVENTÁRIOS:			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	23	35 896 169	39 235 766
Mercadorias	23	10 112 832	9 137 734
Produtos e trabalhos em curso		2 935 013	1 568 136
Produtos acabados e intermédios		9 153 982	9 189 330
		58 097 996	59 130 966
DÍVIDAS DE TERCEIROS			
Clientes	11	40 164 081	25 332 292
Estado e outros entes públicos	15	10 649 162	2 143 654
Outras créditos a receber	14	23 751 241	10 527 977
Devedores por acréscimos de rendimentos	16	2 499 482	7 151 175
		77 063 967	45 155 098
DIFERIMENTOS			
Gastos a reconhecer	16	2 541 624	1 060 977
		2 541 624	1 060 977
CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS			
Depósitos a prazo		41 536 471	30 010 055
Depósitos à ordem		36 995 392	43 149 843
Caixa		117 079	175 446
	4	78 648 943	73 335 344
TOTAL DO ATIVO		557 671 156	522 437 116
O Diretor Financeiro e CC  Branco da Costa		O Conselho de Administração  Luís Portela (Presidente)  António Portela (CEO)  Franz Humer (Vogal)  Isabel Morgado (Vogal)  José Redondo (Vogal)  Miguel Portela (Vogal)  Soares da Silva (Vogal)	



Bial Holding S.A.

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Valores em euros

	Notas	DATAS	
		2018.12.31	2017.12.31
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito		52 500 000	52 500 000
Prémios de emissão		12 500 000	12 500 000
Reservas legais		25 800	25 800
De conversão cambial		1 935 596	1 132 261
Outras reservas		-749 712	-557 801
Subsídios		30 466 760	36 567 210
Instrumentos financeiros		-51 338	0
Resultados transitados		129 833 971	91 459 696
Subtotal		226 461 077	193 627 166
Resultado líquido do exercício		-3 632 680	36 404 415
		222 828 397	230 031 581
Interesses que não controlam		3 662 921	3 285 716
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		226 491 318	233 317 297
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	19	884 252	867 071
Empréstimos obrigacionistas	17	80 000 000	65 000 000
Financiamentos obtidos	17	70 459 749	98 086 243
Passivos por impostos diferidos	10	2 841 086	2 948 690
Fornecedores de investimentos	18	418 513	763 889
Outras dívidas a pagar	14	8 845 188	9 671 062
		163 448 788	177 336 955
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores		38 121 992	27 075 225
Estado e outros entes públicos	15	2 898 843	3 382 035
Empréstimos obrigacionistas	17	50 821 832	0
Financiamentos obtidos	17	50 068 433	52 197 839
Fornecedores de investimentos	18	4 541 280	6 489 203
Outras dívidas a pagar		4 362 037	3 019 962
Credores por acréscimos de gastos	16	16 727 095	15 703 191
		167 541 513	107 867 455
DIFERIMENTOS			
Rendimentos a reconhecer	16	189 535	3 915 409
		189 535	3 915 409
TOTAL DO PASSIVO		331 179 836	289 119 819
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		557 671 153	522 437 116
O Diretor Financeiro e CC Branco da Costa		O Conselho de Administração Luís Portela (Presidente) António Portela (CEO) Franz Humer (Vogal) Isabel Morgado (Vogal) José Redondo (Vogal) Miguel Portela (Vogal) Soares da Silva (Vogal)	



Bial Holding S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS POR NATUREZAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas:	Valores em euros	
		PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas	20	240 760 137	195 284 580
Serviços prestados	20	19 846 404	60 370 367
Volume de negócios		260 606 541	255 654 947
Subsídios à exploração	21	3 935 217	3 039 420
Trabalhos para a própria entidade	22	580 083	120 411
Variação nos inventários da produção		-2 831 935	8 551
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	23	-70 885 591	-61 618 396
Fornecimentos e serviços externos	24	-104 093 984	-70 848 703
Gastos com o pessoal	25	-54 093 407	-48 374 132
Perdas por imparidade	19; 26	-193 006	-93 388
Provisões	19; 26	-173 181	-185 518
Reversões	26	1 816	249 709
Outros rendimentos	27	8 904 037	17 881 469
Outros gastos	28	-9 034 704	-8 943 210
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		32 721 885	86 891 160
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	12	-28 815 279	-27 323 747
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	12; 26	2 363 874	2 363 298
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6 270 480	61 932 711
Juros e rendimentos similares obtidos	29	738 253	1 344 367
Juros e gastos similares suportados	29	-9 810 403	-10 646 492
Resultado antes de impostos		-2 801 670	52 630 586
Imposto sobre o rendimento do período		-464 485	14 792 837
Resultado líquido do período		-2 337 185	37 837 749
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		-3 632 680	36 404 415
Interesses minoritários		1 295 495	1 433 334
O Diretor Financeiro e CC <i>Branco da Costa</i> Branco da Costa		O Conselho de Administração <i>Luis Portela</i> Luis Portela (Presidente) <i>Astónio Portela</i> Astónio Portela (CEO) <i>Franz Humer</i> Franz Humer (Vogal) <i>Isabel Morgado</i> Isabel Morgado (Vogal) <i>José Redondo</i> José Redondo (Vogal) <i>Miguel Portela</i> Miguel Portela (Vogal) <i>Saures da Silva</i> Saures da Silva (Vogal)	



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2017												
Descrição	Capital subscrito	Prêmios de emissão	Reservas legais	Reservas de conversão cambial	Outras reservas	Subsídios	Resultados transitados	Instrumentos financeiros	Resultado líquido	TOTAL	Interesses minoritários	Total do Cap. Próprio
Posição no início do período	52 500 000	12 500 000	25 800	2 832 985	-550 774	39 169 941	89 292 136	0	1 118 070	196 888 158	2 427 984	199 316 142
Aplicação resultado líquido					-7 027		1 125 097		-1 118 070	0		0
	52 500 000	12 500 000	25 800	2 832 985	-557 801	39 169 941	90 417 232	0	0	196 888 158	2 427 984	199 316 142
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras				-1 700 724			1 042 464			-658 260	-170 872	-829 132
Subsídios						-2 602 731				-2 602 731	0	-2 602 731
Ajustamentos por impostos diferidos										0	0	0
Outras alterações reconhecidas no capital próprio										0	0	0
	0	0	0	-1 700 724	0	-2 602 731	1 042 464	0	0	-3 260 991	-170 872	-3 431 863
Resultado líquido do período									36 404 415	36 404 415	1 433 334	37 837 749
Resultado integral									36 404 415	33 143 424	1 262 462	34 405 886
Realizações de capital									0	0	0	0
Realizações de prémios de emissão									0	0	0	0
Outras operações									0	0	-404 729	-404 729
Posição no fim do período	52 500 000	12 500 000	25 800	1 132 261	-557 801	36 567 210	91 459 696	0	36 404 415	230 031 581	3 285 716	233 317 297

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2018												
Descrição	Capital subscrito	Prêmios de emissão	Reservas legais	Reservas de conversão cambial	Outras reservas	Subsídios	Resultados transitados	Instrumentos financeiros	Resultado líquido	TOTAL	Interesses minoritários	Total do Cap. Próprio
Posição no início do período	52 500 000	12 500 000	25 800	1 132 261	-557 801	36 567 210	91 459 696	0	36 404 415	230 031 581	3 285 716	233 317 297
Aplicação resultado líquido					-191 910		36 596 325		-36 404 415	0		0
	52 500 000	12 500 000	25 800	1 132 261	-749 712	36 567 210	128 056 020	0	0	230 031 581	3 285 716	233 317 297
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras				803 335						803 335	106 118	909 453
Subsídios						-6 100 450	1 777 951			-4 322 499		-4 322 499
Ajustamentos por impostos diferidos										-51 338		-51 338
Outras alterações reconhecidas no capital próprio										0		0
	0	0	0	803 335	0	-6 100 450	1 777 951	-51 338	0	-3 570 502	106 118	-3 464 384
Resultado líquido do período									-3 632 680	-3 632 680	1 295 495	-2 337 185
Resultado integral									-3 632 680	-7 203 182	1 401 613	-5 801 569
Realizações de capital									0	0	0	0
Realizações de prémios de emissão									0	0	0	0
Outras operações									0	0	-1 024 708	-1 024 408
Posição no fim do período	52 500 000	12 500 000	25 800	1 935 596	-749 712	30 466 760	129 833 971	-51 338	-3 632 680	222 828 397	3 662 921	226 491 318

O Diretor Financeiro e CC
Manoela Branco da Costa
 Branco da Costa

O Conselho de Administração


Luis Portela
 Luis Portela (Presidente)
Antonio Pereira
 Antonio Pereira (CEO)
Franz Hummer
 Franz Hummer (Vocal)
Isabel Morgado
 Isabel Morgado (Vocal)
Jose Redondo
 Jose Redondo (Vocal)
Maria Portela
 Maria Portela (Vocal)
Sopres da Silva
 Sopres da Silva (Vocal)



BIAL HOLDING
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	2018		2017	
ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
Recebimentos de clientes	265 087 359		268 935 962	
Pagamentos a fornecedores	-190 422 922		-133 991 765	
Pagamentos ao pessoal	-52 346 332		-42 601 999	
Caixa gerada pelas operações	22 318 105		92 342 199	
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	-9 970 117		-404 503	
Outros recebimentos / pagamentos relativos à atividade operacional	-13 443 123		-7 909 732	
	-1 095 135		84 027 964	
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-1 095 135		84 027 964
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis	-4 750 167		-6 769 560	
Ativos intangíveis	-18 920 591		-14 700 943	
Investimentos financeiros	-64 182		-18 866	
Outros ativos	0	-23 734 939	0	-21 489 370
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis	0		7 819	
Ativos intangíveis	0		4 162 400	
Investimentos financeiros	1 317		30 788 097	
Outros ativos	0		0	
Subsídios ao investimento	4 892 747		4 020 004	
Juros e rendimentos similares	355 514		111 411	
Dividendos	0	5 249 578	0	39 089 732
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-18 485 362		17 600 362
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	160 011 813		54 096 263	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0		0	
Cobertura de prejuízos	0		0	
Doações	0		0	
Outras operações de financiamento	-69 882 210	90 129 603	15 000 000	69 096 263
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	-51 799 837		-95 124 564	
Juros e gastos similares	-6 888 563		-8 621 821	
Dividendos	-3 024 408		-404 730	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0		0	
Outras operações de financiamento	-1 207 799	-62 920 607	-1 374 742	-105 525 858
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		27 208 996		-36 429 595
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		7 628 499		65 198 730
Efeito das diferenças de câmbio		0		60
Caixa e seus equivalentes no início do período (nota 5)		71 018 224		5 819 434
Caixa e seus equivalentes no fim do período (nota 5)		78 646 724		71 018 224

O Diretor Financeiro e CC


Branco da Costa

O Conselho de Administração


Luís Portela (Presidente)


António Portela (CEO)


Franz Hutter (Vogal)


Isabel Morgado (Vogal)


José Redondo (Vogal)


Miguel Portela (Vogal)


Soares da Silva (Vogal)

ANEXO CONSOLIDADO EM 31.12.2018

Valores em Euros

1. Introdução

BIAL tem por objeto social o exercício da indústria, comércio, investigação e desenvolvimento de especialidades farmacêuticas para uso humano, e tem sede no Coronado (S. Mamede e S. Romão), Trofa.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 2019.03.15.

Nos termos do artº 68 do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A empresa elabora o relato contabilístico das suas contas individuais e consolidadas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

As presentes demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da empresa e das suas subsidiárias a 31 de dezembro de 2018.

A partir da publicação do Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de julho a empresa iniciou a preparação e apresentação de contas consolidadas. Deste modo, as presentes demonstrações financeiras consolidadas não são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas apresentadas pela empresa.

Não houve derrogações excecionais de disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que tiveram aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram em ou após 1 de Janeiro de 2016.

Durante o ano de 2017 foram alienadas três sociedades cujo capital era totalmente detido pelo Grupo Bial: a espanhola BIAL Industrial Farmacéutica, S.A., a italiana BIAL - Aristegui Italia S.R.L e a portuguesa BIAL - Aristegui, S. A.. Por outro lado, foi liquidada a empresa Bialfar – Produtos farmacêuticos, S.A., de capital português. Relativamente a estas empresas, em 2017 foi apenas incluído na consolidação o mês de janeiro, imediatamente antes da alienação.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Base das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas a que se referem as presentes notas, a empresa adotou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que instituiu o SNC;
- A transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2016.
- As NCRF em vigor na presente data com as isenções descritas no parágrafo 3.1.a) e 3.1.c) e previstas na data de transição.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são mensurados de acordo com o modelo do custo.

Na data de transição para o SNC foi adotado o custo considerado:

- Para terrenos e edifícios, o justo valor de uma avaliação efetuada em 31 de dezembro de 2003, por uma entidade independente e na base dos valores de mercado, e da qual resultou um acréscimo de valor de € 6.955.076;
- Para os restantes ativos fixos tangíveis, o valor constante das anteriores demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC, o qual incluía reservas de reavaliação efetuadas ao abrigo de diversos diplomas legais que tiveram em conta coeficientes de desvalorização da moeda.

Subsequentemente, a empresa decidiu manter o custo considerado, optando pelo método do custo na valorização dos terrenos de todos os ativos fixos tangíveis.

Com exceção dos terrenos que não são amortizáveis, os ativos fixos tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método das quotas constantes.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	<u>% anual</u>
Edifícios e outras construções	2%, 5% e 10%
Equipamento básico	10%-16.66%, 25%, 33.33%
Equipamento de transporte	20% e 25%
Equipamento administrativo	10%-25%, 33.33%, 50%

Os bens adquiridos em regime de locação financeira são amortizados utilizando as mesmas taxas dos restantes ativos fixos tangíveis, ou seja, tendo por base a respetiva vida útil.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas, ou seja, o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica "gastos/reversões de depreciação e de amortização".

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e os custos de restauro do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são amortizados no período de vida útil dos bens a que respeitam.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do ativo a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse ativo ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda, menos os custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os ativos fixos tangíveis em curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

O ativo fixo tangível inclui bens em regime de locação financeira que são amortizados com o mesmo critério dos restantes bens.

b) Imparidade

As empresas englobadas na consolidação avaliam se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar em imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, as empresas estimam a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de venda e o seu valor de

uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence e planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência em relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente quanto à imparidade.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

c) Goodwill

O goodwill corresponde a benefícios económicos futuros resultantes de ativos que não são capazes de ser individualmente identificados e separadamente reconhecidos.

O goodwill relativo a subsidiárias englobadas na consolidação encontra-se discriminado em rubrica própria do Balanço.

Em 1 de janeiro de 2009 (data de transição para as NCRF) a empresa adotou a isenção da NCRF 3 - Adoção pela primeira vez da NCRF relativa a Concentrações de atividades empresariais pelo que adotou como custo considerado, nessa data, o valor do goodwill constante das contas preparadas de acordo com o POC (custo de aquisição menos amortizações acumuladas até 31 de dezembro de 2008 e menos qualquer perda por imparidade apurada nessa data), ao invés de calcular o goodwill retrospectivamente à data da concentração com base em informação disponível a essa data.

Nas aquisições subsequentes a 1 de janeiro de 2009, o goodwill é mensurado pelo seu custo, que corresponde ao excesso do custo das concentrações de atividades empresariais a que respeitam face ao interesse do Grupo no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis na data da concentração.

A partir de 2016, o goodwill é amortizado de acordo com a nova regra do SNC, à taxa anual de 10%, pelo prazo de 10 anos.

Sempre que o interesse da adquirente no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis excede o custo da concentração de atividades empresariais, a diferença é imediatamente reconhecida nos resultados do período após reavaliação da identificação e mensuração dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida e da mensuração do custo da concentração.

Quando o goodwill faz parte de uma unidade geradora de caixa e parte de uma operação dentro dessa unidade é alienada, o goodwill associado com a operação alienada é incluído no valor contábilístico da operação para determinar o ganho ou perda da operação. O goodwill desreconhecido nestas circunstâncias é mensurado com base nos valores relativos entre a operação alienada e a parte da unidade geradora de caixa mantida.

O goodwill apresentado no Balanço está mensurado ao custo menos imparidade e amortizações acumuladas.

A empresa efetua testes o goodwill quanto à imparidade se os acontecimentos ou as alterações nas circunstâncias indicam que pode estar com imparidade, de acordo com a NCRF 12 – Imparidade de Ativos.

Para efeitos de testar a imparidade, o goodwill adquirido numa concentração de atividades empresariais é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera que venham a beneficiar das sinergias da concentração, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida poderem também ser alocados a essas unidades.

d) Ativos intangíveis, exceto goodwill

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo.

O custo com os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento em determinadas circunstâncias, são considerados como um gasto, sendo refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

As despesas de investigação e desenvolvimento são consideradas como gastos nos exercícios em que forem incorridas, salvo se cumprirem os requisitos do SNC para serem capitalizadas. Neste último caso, são reconhecidas como um ativo intangível e amortizadas numa base sistemática e racional nos exercícios, corrente e futuros, com referência ou à venda ou ao uso do proveito ou processo.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas são amortizados à taxa de 10% e por um período de 10 anos, de acordo com nova regra do SNC.



Os ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea b).

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

Para um ativo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método das quotas constantes.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

- Projetos de desenvolvimento	5%
- Software-validações	33,33%
- Propriedade industrial	5% - 33,33%

Encontram-se classificados no ativo, os projetos de desenvolvimento BIA2, na área da epilepsia e o BIA9, medicamento para a doença de Parkinson.

Os restantes projetos de investigação e desenvolvimento, à data do balanço, ainda não reúnem as condições para se qualificarem como um ativo.

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica de "gastos/reversões de depreciação e amortização".

A amortização do Zebinix, medicamento antiepilético, é efetuada ao longo de 20 anos, a taxas constantes, em linha reta, de acordo com a vida útil esperada, tendo começado em setembro de 2009 com o início da comercialização na Europa.

A amortização do Ongentys (medicamento para a doença de Parkinson) é efetuada ao longo de 20 anos, a taxas constantes, de acordo com a vida útil esperada, tendo-se iniciado a amortização do ativo em setembro de 2016 com o início da comercialização na Europa.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos o custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de ativos intangíveis.

d.1) Projetos de desenvolvimento

São requisitos essenciais, para um "projeto de I&D ser classificado no ativo, na rubrica de "projetos de desenvolvimento", os seguintes:

- (a) A viabilidade técnica de concluir o ativo intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou venda.
- (b) A sua intenção de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo.
- (c) A sua capacidade de usar ou vender o ativo intangível.
- (d) A forma como o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros.
- (e) A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível.
- (f) A sua capacidade para mensurar fiavelmente o dispêndio atribuível ao ativo intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

A existência de contratos de licenciamento-out é a evidência suficiente para a demonstração de que o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros.

O valor da rubrica de "projetos de desenvolvimento" inclui:

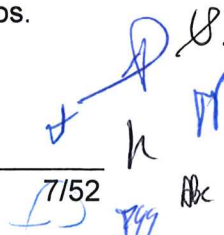
- O investimento no BIA-2093 após a sua entrada na Fase III de desenvolvimento, a qual coincidiu com o primeiro contrato de licenciamento-out em 2007. No início de 2009 obteve-se a aprovação por parte da EMA, tendo-se iniciado a comercialização em outubro de 2009 do medicamento com a marca Zebinix, após o desenvolvimento do acetato de eslicarbazepina. Em 2013, a FDA aprovou o medicamento para os EUA, tendo-se iniciado a comercialização em 2014, com a marca Aptiom. Foi aprovada a "monoterapia" pela FDA, para os EUA, em agosto de 2015 e iniciada a comercialização em novembro de 2015. Em 2016, a EMA aprovou a "pediatria" para a Europa, tendo-se iniciado a sua comercialização em julho de 2017, data a partir da qual teve início a amortização do custo com a indicação para a pediatria. Em 2018 o medicamento foi licenciado para a Coreia do Sul.

- O investimento no novo medicamento para a doença de Parkinson (BIA9), o qual se encontra aprovado pela EMA para a Europa. Este facto, aliado ao seu primeiro contrato de licenciamento-out celebrado para o mercado japonês (terceiro maior mercado mundial em termos de prevalência da doença), tornam altamente provável a recuperação do investimento já realizado. Nestas circunstâncias, a empresa optou por iniciar a capitalização das despesas de desenvolvimento do BIA9 incorridas na Fase III de desenvolvimento. Em consonância, a partir de 2013, os subsídios atribuídos ao BIA9 passaram a ser contabilizados no capital próprio. Em 2016 o dossier entregue na EMA foi aprovado para a comercialização do medicamento na Europa, sob a marca Ongentys, cujo início ocorreu em setembro de 2016. Consequentemente o ativo encontra-se a ser amortizado a partir de igual data. Em 2017 o medicamento foi licenciado para os EUA e em 2018 foi licenciado para a China e Coreia do Sul.

As despesas com desenvolvimento inicialmente reconhecidas como custos não são reconhecidas como um ativo em períodos subsequentes.

d.2) Programas de computador

São reconhecidos nesta rubrica os programas de computador adquiridos a terceiros.



Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento dos programas de computador são reconhecidos como gastos quando incorridos por se considerar que não são mensuráveis com fiabilidade e/ou não geram benefícios económicos futuros.

d.3) Propriedade industrial

Nesta rubrica encontram-se refletidas as patentes registadas em nome das empresas englobadas na consolidação, relativamente às quais existe o direito exclusivo de utilização.

d.4) Marcas

As marcas referem-se a marcas adquiridas a entidades exteriores.

As marcas geradas internamente não são reconhecidas como ativo.

As marcas com direitos de utilização limitados são amortizadas, numa base constante, durante o período de uso.

e) Participações financeiras

A empresa utiliza o modelo do custo para participações financeiras em:

- Subsidiárias excluídas da consolidação;
- Associadas nas quais não foi possível utilizar o método da equivalência patrimonial por existirem restrições severas e duradouras que prejudicam significativamente a capacidade de transferência de fundos para o Grupo;
- Outras entidades nas quais não é obrigada a utilizar o método da equivalência patrimonial nem a consolidação proporcional e onde não tem condições para determinar o justo valor de forma fiável, designadamente participações financeiras em empresas não cotadas.

De acordo com o modelo do custo as participações financeiras são reconhecidas inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transação, sendo subsequentemente o seu valor diminuído por perdas por imparidade, sempre que ocorram.

f) Ativos financeiros (exceto participações financeiras)

Os ativos financeiros são reconhecidos quando se constitui parte na respetiva relação contratual. Os ativos financeiros, que não as participações financeiras, estão valorizados ao custo amortizado, líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano o Grupo avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como o não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que, de outro modo, não consideraria;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros, desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados cada um per si para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de ativos financeiros.

f.1) Acionistas

Os empréstimos a acionistas encontram-se valorizados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade, sempre que aplicável, determinada com base nos critérios definidos acima.

f.2) Clientes

As contas a receber de clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de vendas e prestações de serviços descritos na alínea p) sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado menos imparidade, determinada com base nos critérios definidos acima.

Os créditos sobre clientes cedidos sem recurso, i.e em que no caso de não pagamento por parte dos clientes a perda é assumida pela empresa de factoring, são desreconhecidos do balanço aquando do recebimento das quantias provenientes da empresa de factoring.

Os créditos sobre clientes cedidos com recurso, i.e. em que no caso de não pagamento por parte dos clientes, a empresa de factoring tem o direito de reclamar da empresa as quantias não pagas, mantêm-se reconhecidas no balanço e o risco de incobrabilidade associado é considerado para efeitos de determinação da imparidade. Neste caso os valores recebidos da empresa de factoring são reconhecidos como financiamentos.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.

f.3) Outras dívidas a pagar

As Outras dívidas a pagar encontram-se valorizadas da seguinte forma:

- Devedores por acréscimos de rendimentos - ao valor estimado/contratualizado;
- Outros devedores - ao custo amortizado menos imparidade.

A imparidade, em ambos os casos, é determinada com base nos critérios definidos acima.

f.4) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de "caixa e equivalentes de caixa" compreende, além da caixa e bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de "financiamentos obtidos" do balanço.

g) Imposto sobre o rendimento**g.1) Imposto sobre o rendimento – corrente**

O imposto corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita cada uma das empresas englobadas na consolidação.

A empresa-mãe e as subsidiárias participadas direta ou indiretamente em pelo menos 90% do respetivo capital e que, simultaneamente, são residentes em Portugal e são tributadas em sede de imposto sobre o rendimento são tributadas no âmbito do regime especial de tributação dos grupos de sociedades, à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal, à taxa de máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, acrescida de uma taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável entre 1,5 M€ e 7,5 M€, de 5% sobre o lucro tributável que exceda os 7,5 até 35 milhões de euros e de 9% sobre o lucro tributável que exceda os 35 milhões de euros.

Nos termos da legislação em vigor nas diversas jurisdições das empresas englobadas na consolidação, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre quatro e cinco anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large 'P' and 'ABC'.

g.2) Imposto sobre o rendimento – diferido

Os ativos e passivos por impostos diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias (dedutíveis e tributáveis) entre as bases contabilísticas e as bases fiscais dos ativos e passivos do Grupo.

Os ativos por impostos diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os passivos por impostos diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos ativos e passivos por impostos diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço; e
- Reflete as consequências fiscais decorrentes da forma como o Grupo espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Os prejuízos e os créditos fiscais suscetíveis de serem utilizados no futuro são reapreciados no final de cada exercício, sendo apenas reconhecidos os ativos por impostos diferidos com possibilidade de recuperação.

Portugal:

Com o Orçamento de Estado para 2013 foi alterada a limitação à dedução de prejuízos fiscais para 70% do lucro tributável do período em que se procede à dedução, aplicável a partir de 2014.

Desta forma, as empresas que apresentem lucros tributáveis serão sempre sujeitas ao pagamento de IRC, ainda que detenham prejuízos fiscais reportáveis de anos anteriores, salvo se existirem créditos fiscais.

Com o Orçamento de Estado de 2014 foi aumentado o período de dedução dos prejuízos fiscais de cinco para doze anos. O novo prazo apenas foi aplicável aos prejuízos fiscais apurados em 2015 e 2016. O prazo para dedução de prejuízos fiscais é novamente de cinco anos a partir do exercício de 2017.

Espanha:

O período de dedução dos prejuízos fiscais tem prazo máximo de 15 anos, a partir de 1/1/2014, sendo que para os prejuízos anteriores a essa data, o prazo estipulado é de 15 anos a contar de 1/1/2014.

Moçambique:

O período de dedução dos prejuízos fiscais tem prazo máximo de cinco anos, a partir de 1/1/2017, sendo que para os prejuízos anteriores a essa data, o prazo estipulado é de cinco anos a contar de 1/1/2017.

h) Inventários

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

Produtos Acabados	-	ao custo de produção, englobando matérias-primas e subsidiárias ao preço médio mais despesas de produção definidas pelos departamentos industrial e de qualidade.
Produtos Intermédios	-	ao preço do produto acabado deduzido das embalagens de consumo.
Produtos e Trabalhos em Curso	-	ao custo dos materiais incorporados, acrescido dos custos industriais de acordo com a fase de fabrico.
Matérias-Primas	-	ao custo médio de aquisição.
Materiais de embalagem e outros (caixas, rótulos e prospectos)	-	ao preço médio de aquisição.

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de compra ou de conversão, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de um ajustamento, o qual é revertido quando deixam de existir os motivos que o originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações

relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

i) Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

j) Diferimentos ativos e passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

l) Rubricas do capital próprio

l.1) Capital subscrito

Atualmente, todo o capital da Bial Holding, S.A. está realizado, considerando que existe um prémio de emissão apurado de € 12.500.000.

l.2) Reserva legal

De acordo com o artº 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (artº 296 do CSC).

l.3) Outras reservas

Esta rubrica inclui reservas de reavaliação efetuadas com base nos termos do anterior normativo contabilístico, líquidas dos correspondentes impostos diferidos, e que não são apresentadas na rubrica de excedentes de revalorização pelo facto de a entidade ter adotado o método do custo considerado na data de conversão para o SNC. Anualmente, é feita uma transferência de outras reservas para resultados transitados, com base nos valores que ficaram realizados pelo uso (diferença entre a amortização baseada na quantia revalorizada e a amortização baseada no custo original do ativo) ou pela venda.

As reservas de reavaliação efetuadas ao abrigo de diplomas legais, de acordo com tais diplomas, só estão disponíveis para aumentar capital ou cobrir prejuízos incorridos até à data a que se reporta a reavaliação e apenas depois de realizadas (pelo uso ou pela venda).

Esta rubrica inclui também eventuais ganhos por aumentos de justo valor que, de acordo com o nº 2 do artº 32 do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

f
S.
M
abc
h
13/52
8/99

I.4) Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas.

I.5) Outras variações no capital próprio - Subsídios ao investimento

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis, líquidos dos respetivos impostos diferidos, que estejam relacionados com ativos tangíveis e intangíveis.

Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Os subsídios relativos a investimentos são registados nos capitais próprios, sendo transferidos para resultados (outros rendimentos) ao longo da vida útil dos bens na proporção das amortizações dos respetivos bens subsidiados.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, esta conta é reduzida:

- No que respeita aos subsídios relativos a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, pela imputação, numa base sistemática, a rendimentos durante os períodos necessários para balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- No que respeita a ativos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, pela imputação a rendimentos nos exercícios em seja necessário compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

Estes subsídios não estão disponíveis para distribuição até que sejam imputados a rendimentos durante os períodos necessários para: (i) balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem, ou seja, amortizações e depreciações e/ou (ii) para compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

I.6) Outras variações no capital próprio – Diferenças de conversão de demonstrações financeiras

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Euro.

Esta rubrica reflete as diferenças de transposição de demonstrações financeiras das entidades englobadas na consolidação sempre que a sua moeda funcional (ambiente económico principal no qual operam) não é o Euro e que resultam de, à data de cada balanço:

- Os ativos e passivos em moeda estrangeira serem transpostos pelo uso da taxa de câmbio de fecho;
- Os ganhos e perdas serem transpostos pelo uso da taxa de câmbio à data da transação.

m) Provisões

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade, provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

As provisões para reestruturação são reconhecidas quando existe uma obrigação construtiva pelo facto de a entidade ter decidido levar a cabo um programa planeado e controlado pelo órgão de gestão e que altera materialmente ou:

- (a) O âmbito de um negócio empreendido pela entidade; ou
- (b) A maneira como o negócio é conduzido.

Entende-se que a obrigação de reestruturação surge somente quando a entidade:

- Tem um plano formal detalhado para a reestruturação que indica, entre outras situações:
- O negócio em questão;
- As principais localizações afetadas;
- A localização, função e número aproximado de empregados que receberão retribuições pela cessação dos seus serviços;
- Os dispêndios que serão levados a efeito;
- Quando será implementado o plano; e
- Criou uma expectativa válida nos afetados de que levará a efeito a reestruturação por ter anunciado as suas principais características aos afetados.

n) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso de empréstimos, são também reconhecidos os gastos de transação.

Os passivos financeiros estão valorizados nos termos indicados nas alíneas seguintes.

n.1) Financiamentos obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo amortizado determinado com base na taxa de juro efetiva. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial os financiamentos são reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Subsequentemente, os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, que inclui todos os encargos financeiros calculados de acordo com o método do juro efetivo.

Os financiamentos para os quais existe cobertura de taxa de juro fixa incluem também as variações de justo valor (parágrafo 37 b) da NCRF 27).

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de taxa de juro fixa ou cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, os respetivos instrumentos financeiros derivados são apresentados, consoante o caso, em "outros ativos financeiros" ou "outros passivos financeiros" e como não correntes ou como correntes, seguindo o critério como o financiamento está apresentado no Balanço.

De acordo com o descrito na alínea f.2) são também reconhecidos nesta rubrica os valores entregues pela empresa de factoring relativos a créditos sobre clientes que foram cedidos com recurso, os quais também se encontram valorizados ao custo amortizado.

n.2) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

n.3) Outras dívidas a pagar

Os fornecedores de investimentos – contas gerais, estão mensuradas ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva.

As restantes dívidas a pagar estão mensuradas ao custo amortizado.

n.4) Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes estão mensurados ao custo amortizado.

o) Efeito das alterações das taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transações.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de câmbio do fecho e a diferença é reconhecida em resultados.

As cotações cambiais usadas para conversão dos saldos a receber e a pagar em moedas estrangeiras de países fora da zona Euro à data do balanço foram as seguintes:

<u>2018:</u>	Saldos devedores	Saldos credores
CHF	1,12850	1,12399
GBP	0,89985	0,89625
USD	1,14678	1,14221
JPY	125,841	125,338
SEK	10,1798	10,1391
CAD	1,56387	1,55762

<u>2017:</u>	Saldos devedores	Saldos credores
CHF	1,17309	1,16840
GBP	0,89048	0,88692
USD	1,20420	1,19939
JPY	135.630	135.089
SEK	9,86338	9,82401
CAD	1,50981	1,50378

p) Vendas e prestações de serviços

As vendas e as prestações de serviços são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidade concedidos.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos/serviços inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade (saldo a receber), e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das vendas e das prestações de serviços:

p.1) Vendas

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

[Handwritten signatures and initials]

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser mensurada com fiabilidade;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser mensurados com fiabilidade.

p.2) Prestações de serviços

O rédito das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser estimado com fiabilidade o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser mensurada com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para o Grupo;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser mensurada com fiabilidade; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

Pagamentos progressivos e adiantamentos de clientes não são tidos em conta para a determinação da percentagem de acabamento.

O rédito resultante da venda de licenciamento de investigação própria é reconhecido quando os acordos são celebrados e os riscos e benefícios inerentes à exploração da licença são transferidos de forma irreversível para a contraparte, esta não depende do continuado envolvimento da empresa para beneficiar do bem transferido, e a receita recebida não é reembolsável. Para além da venda do licenciamento, os contratos realizados preveem a obtenção de receitas adicionais condicionadas à realização de determinados eventos ("milestones") que dependem do esforço continuado da empresa. A receita reconhecida corresponde ao justo valor atribuído a cada uma das componentes separadas previstas no acordo de licenciamento quando o "milestone" é atingido. A contabilização dos milestones é efetuada de acordo com os US Gaap, nomeadamente o ASC 605 "Revenue Recognition – Milestone Method".

O rédito resultante de vendas do Zebinix e do ONgentys para alguns Países da Europa e do Aptiom para os EUA, é estimado e posteriormente validado após conhecido o montante de vendas realizadas pela empresa que comercializa o produto.

q) Trabalhos para a própria entidade

As normas contabilísticas preveem que poderão ser adicionados ao custo de um ativo qualificável (em termos simples, os ativos que demoram um período substancial de tempo para ficarem prontos para o seu uso pretendido ou para venda), as despesas suportadas com a finalidade de colocar a operar esse ativo, incluindo os encargos financeiros associados suportados nesse período.

A estratégia do Grupo para o desenvolvimento dos projetos de investigação em curso passa por um investimento considerável em recursos internos e não apenas em recursos externos.

Esta rubrica refere-se a projetos de desenvolvimento, efetuados internamente pelas empresas do grupo, e que são capitalizadas em ativo intangível. A mensuração é efetuada ao custo e inclui materiais, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico imputados tendo por base a capacidade normal de produção.

r) Benefícios dos empregados

Não estão atribuídos benefícios pós-emprego.

De acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica "credores por acréscimos de gastos".

As distribuições de lucros a empregados são reconhecidas em "gastos com o pessoal" no período a que respeitam e não como uma distribuição de resultados, quando aplicável.

A Empresa deve reconhecer um passivo e um gasto relativo aos benefícios de cessação de emprego na mais antiga das seguintes datas:

- a) Quando a Empresa já não pode retirar a oferta de tais benefícios; e
- b) Quando a entidade reconhece os custos de uma reestruturação e que se inscreve no âmbito da NCRF 21 e que implica o pagamento de benefícios de cessação de emprego.

No caso dos benefícios de cessação pagáveis em consequência da decisão de uma entidade cessar o emprego de um empregado, a entidade deixa de poder retirar a oferta a partir do momento em que comunica aos empregados visados um plano de cessação que cumpra todos os seguintes critérios:

- a) As medidas necessárias para executar o plano tornam improvável que o plano venha a sofrer alterações significativas;
- b) O plano identifica o número de empregados cujo emprego se pretende cessar, as respetivas categorias profissionais ou funções e a sua localização (mas o plano não tem de identificar cada empregado individual), bem como a data de execução prevista;
- c) O plano estipula os benefícios de cessação que os empregados irão receber com um grau de detalhe suficiente para permitir aos empregados determinar o tipo e a quantia dos benefícios que irão receber quando o seu emprego cessar.

Quando uma entidade reconheça benefícios de cessação, a entidade pode também ter necessidade de contabilizar um corte de benefícios de reforma ou outros benefícios dos empregados.

Uma entidade deve mensurar os benefícios de cessação de emprego no reconhecimento inicial, e deve mensurar e reconhecer as alterações subsequentes de acordo com a natureza do benefício do empregado, mas se os benefícios de cessação forem um alargamento dos benefícios pós-emprego, a entidade deve aplicar os requisitos dos benefícios pós-emprego. Caso contrário:

a) Se for de esperar que os benefícios de cessação sejam liquidados na totalidade até doze meses após o fim do período de relato anual em que o benefício de cessação é reconhecido, a entidade deve aplicar os requisitos dos benefícios a curto prazo dos empregados;

b) Se não for de esperar que os benefícios de cessação sejam liquidados na totalidade até doze meses após o fim do período de relato anual em que o benefício de cessação é reconhecido, a entidade deve aplicar os requisitos dos outros benefícios a longo prazo dos empregados.

s) Subsídios e outros apoios a entidades públicas

O benefício de um empréstimo de uma entidade pública com uma taxa de juro inferior à do mercado é tratado como um subsídio de entidade pública. O empréstimo deve ser reconhecido e aferido em conformidade com a NCRF 27. O benefício da taxa de juro inferior à do mercado deve ser determinado como a diferença entre a quantia escriturada inicial do empréstimo determinada em conformidade com a NCRF 27 e a quantia recebida. O benefício é contabilizado em conformidade com a presente Norma. A entidade deve ter em conta as condições e obrigações que foram, ou devem ser, satisfeitas ao identificar os gastos que o benefício do empréstimo visa compensar.

(s1) Subsídios à exploração

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis que não estejam relacionados com ativos.

Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Os subsídios à exploração são registados na demonstração dos resultados durante os períodos em que são reconhecidos os gastos a compensar.

(s2) Subsídios ao investimento

Ver nota (I.5).

t) Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados determinados com base no método da taxa de juro efetiva;
- Juros de instrumentos financeiros de cobertura de risco de taxa de juro (Swap).

Os custos financeiros de financiamento atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são capitalizados, fazendo parte do custo do

h
RBC
111

ativo. A capitalização destes custos começa após o início de preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompido com o final da produção ou construção do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

u) Instrumentos financeiros de cobertura

Só são considerados instrumentos financeiros de cobertura a parte efetiva dos derivados que forem designados como tal e em que a entidade espera que as alterações no justo valor ou fluxos de caixa no item coberto, atribuíveis ao risco que está a ser coberto, compensarão praticamente as alterações de justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura.

Na ausência de orientações detalhadas na NCRF 27 – Instrumentos financeiros sobre a forma de testar e documentar a efetividade da cobertura, as entidades englobadas na consolidação seguem as disposições aplicáveis da IAS 39 – Instrumentos financeiros.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de risco de taxa de juro fixa ou de risco de preço de mercadorias detidas, bem como as alterações no justo valor do ativo ou passivo sujeito àquele risco, são reconhecidas em resultados na rubrica “aumentos/reduções por justo valor”.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias no âmbito de um compromisso ou de elevada probabilidade de transação futura são reconhecidas no capital próprio na rubrica “ajustamentos em ativos financeiros” na sua componente efetiva e em resultados, na rubrica “aumentos/reduções por justo valor”, na sua componente não efetiva. Os valores registados na rubrica “ajustamentos em ativos financeiros” são transferidos para resultados para a rubrica “aumentos/reduções por justo valor” no período em que o item coberto tiver efeito em resultados.

A componente não efetiva daquelas variações é reconhecida de imediato em resultados. A empresa opta por efetuar esta cobertura através da contratação de financiamentos em moeda estrangeira.

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, o mesmo é vendido ou exercido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na NCRF 27- Instrumentos financeiros nos termos detalhados na IAS 39 – Instrumentos financeiros.

A parte efetiva dos instrumentos derivados de cobertura são apresentados no balanço em “outros ativos financeiros” ou em “financiamentos obtidos” consoante a sua natureza seja, respetivamente, devedora ou credora, e como não correntes ou como correntes dependendo da rubrica onde os respetivos instrumentos cobertos estão apresentados no balanço.

Existem instrumentos financeiros derivados não considerados de cobertura vencíveis a curto prazo que são registados em caixa e depósitos bancários.

y) Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados.

Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um passivo contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,
- ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação,
ou

A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos.

Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

x) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

z) Ativos e Passivos não correntes detidos para venda

Esta rubrica inclui ativos não correntes cuja quantia escriturada é recuperada principalmente através de uma transação de venda em lugar de o ser pelo uso continuado e que satisfazem as seguintes condições:

- Estão disponíveis para venda imediata na sua condição presente, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para a venda de tais ativos (ou grupos para alienação) e
- A sua venda é altamente provável. Isto é:
 - A hierarquia de gestão apropriada está empenhada num plano para vender o ativo (ou grupo para alienação);
 - Foi iniciado um programa para localizar um comprador e concluir o plano;
 - O ativo (ou grupo para alienação) foi amplamente publicitado para venda a um preço que é razoável em relação ao seu justo valor corrente;
 - Espera-se que a venda se qualifique para reconhecimento como venda concluída dentro de um ano a partir da data da classificação.

Os acontecimentos ou circunstâncias que podem prolongar o período para concluir a venda para lá de um ano não excluem que um ativo (ou grupo para alienação) seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo da entidade e se houver prova suficiente de que a entidade continua comprometida com o seu plano de vender o ativo (ou grupo para alienação).

Imediatamente antes da classificação inicial dos ativos (ou grupos para alienação) como detidos para venda, as quantias escrituradas dos ativos (ou de todos os ativos e passivos do grupo) são mensuradas de acordo com as NCRF aplicáveis.

Na data do reconhecimento inicial os ativo (ou grupos para alienação) são mensurados pelo menor valor entre a sua quantia escriturada e o justo valor menos os custos de vender ou, se adquiridos como parte de uma concentração de atividades empresariais, pelo justo valor menos os custos de vender.

Quando se espera que a venda ocorra para além de um ano, os custos de vender são mensurados pelo seu valor presente. Qualquer aumento no valor presente dos custos de vender que resulte da passagem do tempo é reconhecido nos resultados como custo de financiamento.

Qualquer redução inicial ou posterior do ativo (ou grupo para alienação) para o justo valor menos os custos de vender é reconhecida como uma perda por imparidade. Qualquer ganho resultante de um aumento posterior no justo valor menos os custos de vender de um ativo é reconhecido, mas não para além da perda por imparidade cumulativa que tenha sido reconhecida anteriormente.

Os ativos não correntes enquanto estiverem classificados como detidos para venda ou enquanto fizerem parte de um grupo para alienação classificado como detido para venda não são depreciados (ou amortizados).

Os juros e outros gastos atribuíveis aos passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda continuam a ser reconhecidos.

3.2. Bases de consolidação

O universo empresarial do Grupo é composto pelas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos descritos na Nota 6.

As associadas são reconhecidas e mensuradas de acordo com os critérios descritos no parágrafo 3.1. (e).

Em obediência ao disposto no artº 6 do Decreto-lei nº 158/2009, de 15 de julho, que aprovou o SNC, a entidade apresenta contas consolidadas do Grupo constituído por ela própria e por todas as Subsidiárias nas quais:

Independentemente da titularidade do capital, se verifique que, em alternativa:

- Pode exercer, ou exerce efetivamente, influência dominante ou controlo;
- Exerce a gestão como se as duas constituíssem uma única entidade;

Sendo titular de capital:

- Tem a maioria dos direitos de voto, exceto quando se demonstrar que esses direitos não conferem o controlo;

- Tem o direito de designar ou de destituir a maioria dos titulares do órgão de gestão de uma entidade com poderes para gerir as políticas financeiras e operacionais dessa entidade;
- Exerce uma influência dominante sobre uma entidade, por força de um contrato celebrado com esta ou de uma outra cláusula do contrato social desta;
- Detém pelo menos 20 % dos direitos de voto e a maioria dos titulares do órgão de gestão de uma entidade com poderes para gerir as políticas financeiras e operacionais dessa entidade, que tenham estado em funções durante o exercício a que se reportam as demonstrações financeiras consolidadas, bem como, no exercício precedente e até ao momento em que estas sejam elaboradas, tenham sido exclusivamente designados como consequência do exercício dos seus direitos de voto;
- Dispõe, por si só ou por força de um acordo com outros titulares do capital desta entidade, da maioria dos direitos de voto dos titulares do capital da mesma.

A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se existe ou não controlo.

As subsidiárias são consolidadas pelo método da consolidação integral desde a data de aquisição sendo esta a data na qual o Grupo obtém controlo, e continuam a ser consolidadas até à data em que o controlo deixa de existir.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são preparadas a partir da mesma data de relato que a casa-mãe, usando políticas contabilísticas consistentes.

Todos os saldos e os ganhos e perdas ainda não realizados resultantes de transações intragrupo são eliminados por inteiro.

Os interesses minoritários são apresentados separadamente.

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição das subsidiárias. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, dos instrumentos de capital emitidos e dos passivos incorridos, ou assumidos na data de aquisição, adicionados dos gastos diretamente atribuíveis à aquisição.

O excesso do custo de aquisição relativamente à parcela do Grupo no justo valor dos ativos líquidos identificáveis e passivos contingentes adquiridos é reconhecido como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior àquele justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados no exercício em que é apurada, depois de reavaliar o processo de identificação e mensuração do justo valor dos ativos líquidos e passivos contingentes.

No processo de consolidação, as transações, saldos e ganhos não realizados em transações intragrupo e dividendos distribuídos entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência da existência de imparidade nos ativos transferidos e ainda não alienados.

As políticas contabilísticas utilizadas pelas subsidiárias na preparação das suas demonstrações financeiras individuais são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Às diferenças temporárias que surgem da eliminação dos resultados provenientes de transações intragrupo é aplicado o disposto na NCRF 25 — Impostos sobre o rendimento.

O capital próprio e o resultado líquido das subsidiárias que são detidos por terceiros alheios ao Grupo, são apresentados nas rubricas de "interesses minoritários" no balanço consolidado (de forma autónoma dentro do capital próprio) e na demonstração consolidada dos resultados, respetivamente. Na data de cada concentração das atividades empresariais, os valores atribuíveis aos minoritários são determinados aplicando a percentagem de interesse detida por eles ao justo valor dos ativos líquidos identificáveis e passivos contingentes adquiridos.

Quando os prejuízos atribuíveis aos acionistas minoritários excedem o seu interesse no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando os minoritários têm a obrigação e são capazes de cobrir esses prejuízos. Se e quando a subsidiária reporta lucros, o Grupo apropria todos os lucros, até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Uma entidade estando sujeita ao SNC é obrigada a preparar demonstrações financeiras consolidadas em Euro independentemente de a moeda funcional de algumas empresas do grupo não ser o Euro.

Não houve alterações na moeda funcional nem em relação à casa-mãe nem em relação a cada uma das unidades operacionais estrangeiras significativas.

3.3. Principais julgamentos e estimativas utilizados na preparação das demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o SNC, o Conselho de Administração do Grupo utiliza julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

Os efeitos reais podem diferir dos julgamentos e estimativas efetuados, nomeadamente no que se refere ao impacto dos gastos e rendimentos que venham realmente a ocorrer. Nestas circunstâncias, é de realçar o seguinte:

(a) Reconhecimento de receitas de licenciamento a terceiros

Os contratos de licenciamento celebrados são complexos, envolvem "múltiplos elementos" e incluem geralmente:

- Recebimentos iniciais não reembolsáveis;
- Recebimentos adicionais condicionadas à ocorrência de eventos com alguma incerteza ("milestones");
- Royalties;
- Determinação do preço do futuro fornecimento de matéria prima ou produto acabado.

Para que a receita de licenciamento seja inteiramente reconhecida no momento do recebimento é necessário avaliar se o bem entregue tem um valor intrínseco "standalone value" para a contraparte. Esta avaliação requer um julgamento extensivo, endereçando questões como, por exemplo, saber se tem a contraparte a experiência e competências

necessárias para desenvolver o produto com vista à futura comercialização, sem os serviços de BIAL e/ou se há outros fornecedores de I&D que possam fornecer esses serviços adicionais de desenvolvimento.

Para que um determinado evento seja considerado de “milestone” é necessário que tenha alguma incerteza associada à sua ocorrência e que esteja dependente do desempenho da entidade ou de um determinado resultado originado pelo desempenho da entidade, para além de ter de originar o direito a receber pagamentos adicionais. Estes pagamentos devem cumprir os seguintes critérios:

- São compagináveis com o desempenho da entidade para atingir o milestone ou o valor acrescentado ao item entregue como consequência do facto do milestone ter sido atingido;
- São relacionados unicamente com eventos passados; e
- São razoáveis quando comparados com todos os pagamentos e todas as restantes entregas previstas no acordo.

Torna-se, por isso, necessário realizar uma análise detalhada de cada um dos “múltiplos elementos” previstos nos contratos e do contrato como um todo para determinar qual a alocação de receita a cada um dos “elementos” identificados.

(b) Projetos de desenvolvimento

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.1-b. A capitalização inicial do custo baseia-se no julgamento do Conselho de Administração de que se confirma a exequibilidade técnica e económica normalmente quando um projeto de desenvolvimento de um produto alcançou um marco de acordo com o modelo de projeto estabelecido pelo Conselho de Administração (geralmente a entrada na Fase III). Na determinação das quantias a serem capitalizadas, o Conselho de Administração faz suposições acerca dos esperados fluxos de caixa que serão gerados no futuro pelo projeto, taxas de desconto a serem aplicadas e período esperado de benefícios.

O Zebinix – primeiro medicamento (antiepilético) de investigação própria lançado no mercado por uma empresa portuguesa - obteve a autorização das autoridades europeias, em fevereiro de 2009, ratificada pela Comissão Europeia em abril de 2009, e começou a ser comercializado em outubro de 2009 (em Portugal em abril de 2010), estando atualmente a ser comercializado na Europa.

Nos EUA, obteve-se a atribuição da autorização por parte da FDA para o Aptiom (marca do medicamento antiepilético no mercado americano) em novembro de 2013, tendo-se iniciado a comercialização nos EUA em abril de 2014.

A aprovação inicial obtida na Europa destina-se ao uso de Zebinix em doentes refratários, como adjuvante, ou seja, o Zebinix é prescrito a doentes que utilizam um outro medicamento de combate à epilepsia e, posteriormente, em “monoterapia” em consequência da aprovação obtida em 2017. Também é usado em pediatria desde 2017. A aprovação inicial obtida nos EUA para o Aptiom abrange o uso em doentes refratários, como adjuvante e, posteriormente, o uso em “monoterapia”, em consequência da aprovação obtida em 2015.

A aplicação do acetato de eslicarbazepina a novas indicações terapêuticas exige investimentos significativos e antes de ser comercializado, é necessário obter a autorização das autoridades reguladoras relevantes.

O novo medicamento para a doença de Parkinson (opicapone) encontra-se licenciado para o Japão desde 2012, tendo sido licenciado para os EUA em 2017. O início da comercialização na Europa ocorreu em 2016 e nos EUA prevê-se iniciar em 2020.

(c) Vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que o Grupo opera.

No caso particular dos projetos de desenvolvimento, o período de vida útil atribuído excede o prazo de proteção das patentes, tendo sido relevante a informação histórica existente na indústria sobre medicamentos similares e o grau de penetração dos genéricos para aferir a vida útil estimada.

O Conselho de Administração entende que o período de vida útil de 20 anos atribuído ao Aptiom/Zebinix e o Ongentys corresponde a uma estimativa prudente, no sentido em que são esperadas vendas após 2029.

De acordo com as alterações ao normativo contabilístico (ver nota 2), a Empresa passou a amortizar o goodwill a partir de 2016 por um período de 10 anos.

(d) Impostos diferidos ativos

São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis e créditos fiscais na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta os benefícios fiscais à Investigação e Desenvolvimento, torna-se necessário julgamento por parte do Conselho de Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos, tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de otimização fiscal futuras.

A recuperação dos impostos diferidos tem como pressuposto subjacente, para além da previsão de vendas de Zebinix/Aption, a obtenção de novas receitas previstas nos contratos de licenciamento para a doença da epilepsia já celebrados com a Sunovion (EUA e Canadá), e previstos realizar (resto do Mundo), bem como com a obtenção de novas receitas previstas no contrato de licenciamento do novo medicamento para a doença de Parkinson para os EUA e com o licenciamento previsto realizar para parte da Europa e resto do mundo.

(e) Imparidade de ativos não financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos o custo de venda e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos o custo de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento que não inclui atividades de reestruturação, relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

No que diz respeito aos ativos intangíveis (projetos de desenvolvimento), as variáveis mais sensíveis no teste de imparidade são:

- Período de proteção da patente;
- Receitas de licenciamento estimadas;
- Quota de mercado em cada país;
- Preços aprovados em cada país.

(f) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

(g) Provisões

O reconhecimento de provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo do Grupo, pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se regista qualquer alteração em estimativas contabilísticas, com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos.

Não se regista qualquer erro material de períodos anteriores.

5. Fluxos de Caixa

O saldo de Caixa e seus equivalentes, constante da demonstração de fluxos de caixa é assim decomposto:

Descrição	2018	2017
Numerário	117.079	175.446
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	36.995.392	43.149.843
Depósitos a prazo	41.536.471	30.010.055
Disponibilidades constantes do balanço	78.648.943	73.335.344
Depósitos à ordem - descobertos bancários	(2.219)	(2.322.508)
Caixa e seus equivalentes	78.646.724	71.012.836

O Grupo possui negociados e não utilizados com diversas instituições financeiras, financiamentos, descobertos bancários e contas caucionadas no montante de 44 M€, para satisfazer futuras atividades operacionais, de investimento e compromissos financeiros.

6. Empresas incluídas na consolidação

As demonstrações financeiras compreendem as seguintes empresas, todas elas detidas diretamente por BIAL-Holding, S.A..

De salientar que em 2018, foi criada a empresa BIAL, S.A., com sede em Nyon, Suíça, e que se dedicará à promoção do medicamento de investigação própria Ongentys no mercado helvético.

Empresa:	Sede:	Cap. Social	% detida pelo Grupo
BIAL - Portela & C ^a , S.A.	Trofa	EUR 50.000.000	100%
MediBIAL, S.A.	Trofa	EUR 50.000	100%
BIALport, S.A.	Trofa	EUR 50.000	100%
InterBIAL, S.A.	Trofa	EUR 50.000	100%
BIAL OTC, S.A.	Trofa	EUR 50.000	100%
Novipharma, S.A.	Nyon	CHF 111.100	90%
Laboratorios BIAL, S.A.	Zamudio	EUR 60.200	100%
Medimport, Lda	Maputo	MZM 7.000.000	100%
BIAL Angola, S.A.	Luanda	USD 20.000	100%
BIAL América Latina, S.A.	Panamá	USD 10.000	100%
BIAL Pharma UK Limited	Windsor	GBP 100.000	100%
BIAL Deutschland GmbH	Mörfelden-Walldorf	EUR 25.000	100%
BIAL Italia S.R.L.	Milan	EUR 25.000	100%
BIAL, S.A.	Nyon	CHF 100.000	100%

7. Empresas excluídas de consolidação integral

Todas as empresas do Grupo foram incluídas na consolidação integral.

8. Goodwill

O goodwill diz respeito às seguintes participações:

	Ano de Aquisição	2018	2017
Bial - Portela & C ^a , S.A.	2001-2003	11.886.963	13.585.097

O goodwill de Bial – Portela & C^a, S.A. é amortizado em dez anos, a partir de 2016.

9. Alteração das empresas incluídas na consolidação

Relativamente a 2017, foi incluída a empresa BIAL, S.A., com sede em Nyon, Suíça, e que se dedicará à promoção do medicamento de investigação própria Ongentys no mercado helvético.

10. Imposto sobre lucros

Impostos diferidos	Base	Ativos	Passivos	Efeito Líquido
<u>Saldo em 31 de Dezembro de 2017</u>				
Reavaliação livre de terrenos - Portugal	-6 599 388		1 484 862	-1 484 862
Ajustamentos e provisões – Portugal (b)	25 027 948	5 631 288		5 631 288
Diferenças temporárias – Espanha	-4 672 268		1 331 755	-1 331 755
Créditos fiscais - Medimport	2 312 050	739 856		739 856
Diferenças temporárias – Medimport	-412 728		132 073	-132 073
Créditos fiscais – Portugal (a)	50 768 712	50 768 712		50 768 712
		57 139 856	2 948 690	54 191 166
<u>Movimento do ano, líquido</u>				
Impacto na DR				
Ajustamentos e provisões – Portugal (b)	-2 275 267	-511 935		-511 935
Diferenças temporárias – Espanha	2 700 247	782 416	26 347	756 069
Diferenças temporárias – Itália/Espanha	23 675 000	5 326 875		5 326 875
Créditos fiscais - Medimport	-2 312 050	-739 856		-739 856
Diferenças temporárias – Medimport	918 816	164 005	-130 016	294 021
Diferenças temporárias – Bial UK	-8 756		1 576	-1 576
Créditos fiscais – Portugal (a)	-826 520	-826 520		-826 520
Subtotal (1)		4 194 985	-102 093	4 297 078
Sem impacto na DR				
Reavaliação livre de terrenos - Portugal	24 493		-5 511	5 511
Instrumentos financeiros - Portugal	66 244	14 905		14 905
Créditos fiscais – Portugal (a)	121 551	121 551		121 551
Subtotal (2)		136 456	-5 511	141 967
Total (1)+(2)		4 331 441	-107 604	4 439 045
<u>Saldo em 31 de Dezembro de 2018</u>				
Reavaliação livre de terrenos - Portugal	-6 574 895		1 479 351	-1 479 351
Ajustamentos e provisões – Portugal (b)	22 752 681	5 119 353	0	5 119 353
Diferenças temporárias – Espanha	-2 056 021	782 416	1 358 102	-575 686
Diferenças temporárias – Itália/Espanha	23 675 000	5 326 875		5 326 875
Créditos fiscais - Medimport	0	0	0	0
Diferenças temporárias – Medimport	506 088	164 005	2 057	161 948
Diferenças temporárias – Bial UK	-8 756		1 576	-1 576
Instrumentos financeiros - Portugal	66 244	14 905		14 905
Créditos fiscais – Portugal (a)	50 063 743	50 063 743	0	50 063 743
		61 471 297	2 841 086	58 630 211

(a) Acresceu-se o crédito fiscal de I&D (SIFIDE) de 2018 e atualizou-se o montante que é expectável recuperar, tendo sido utilizado (CDT) €287.594 no apuramento de imposto do exercício.

(b) Inclui € 5.119.353 relativos à imparidade constituída para BIA2 (nota 12).

Reconciliação do imposto do exercício e do imposto corrente	Montante
Imposto corrente:	
Resultado antes de impostos	(2.801.670)
Diferenças permanentes	(153.345)
Diferenças temporárias	<u>23.092.557</u>
Resultado tributável	20.137.541
Taxa de imposto (Sede)	21%
Outras diferentes bases	10%-32%
	Coleta
	3.277.107
Tributações autónomas e derrama	<u>555.487</u>
	(I) Imposto corrente
	3.832.594
Imposto diferido:	
Movimento no período	<u>-4.297.078</u>
	(II) Imposto diferido
	<u>-4.297.078</u>
Imposto sobre rendimento do exercício (I) + (II)	-464.485

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que existe razoável segurança de que são gerados lucros futuros contra os quais os ativos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Seguidamente, apresentamos o detalhe dos créditos fiscais de Portugal (em milhares de euros) e o respetivo prazo de expiração:

DESCRIÇÃO	ANO	MONTANTE	PRAZO EXPIRAÇÃO
SIFIDE	2013	13.249	2019
SIFIDE	2014	12.366	2022
SIFIDE	2015	8.558	2023
SIFIDE	2016	7.958	2024
SIFIDE*	2017	7.728	2025
SIFIDE*	2018	9.804	2026
TOTAL		59.662	

*SIFIDE estimado.

Em dezembro de 2018, existem créditos fiscais (SIFIDE) disponíveis, no montante de 59,7 M€, a que correspondem impostos diferidos ativos potenciais de 59,7 M€. No entanto, apenas foram reconhecidos impostos diferidos ativos no valor de 50 M€, tendo em conta as projeções de lucros fiscais futuros até ao prazo de expiração dos créditos fiscais.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, seis anos em caso de prejuízo fiscal e utilização de créditos fiscais (cinco anos a partir de 2002; dez anos para a Segurança Social).

Deste modo, as declarações fiscais da empresa, dos anos de 2015 a 2018, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora a empresa considere que eventuais correções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

11. Clientes

	2018	2017
Portugal:		
Clientes armazenistas	4 913 071	2 931 389
Clientes laboratórios	2 542 128	2 874 404
Clientes estrangeiros	13 216 734	7 179 690
Outros	569 713	817 730
	21 241 646	13 803 213
Clientes de Espanha	9 828 331	9 019 067
Clientes de Angola	354 431	224 094
Clientes de Moçambique	2 119 954	2 271 837
Clientes de Itália	778 196	0
Novipharma	5 975 143	147 183
	40 297 700	25 465 394

Está constituída uma imparidade de €133.619 (€129.355 de Portugal e €4.264 de Moçambique) relativamente a clientes (2017: € 169.026).

12. Investimentos

O movimento ocorrido nas rubricas de investimentos e respectivas amortizações e ajustamentos é demonstrado no quadro seguinte.

a) Ativo bruto

RUBRICAS	2018			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF. e ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais	8 646 508			8 646 508
Edifícios e outras construções	26 676 307	893 602		27 569 909
Equipamento básico	23 601 762	2 143 927		25 745 689
Equipamento de transporte	931 320	221 507		1 152 827
Equipamento administrativo	8 943 602	735 914		9 679 515
Outros ativos fixos tangíveis	1 618 000	44 138		1 662 138
Ativos tangíveis em curso	346 921	1 218 606		1 565 527
Adiantamentos a forn. de investimento	-	2 290 000		2 290 000
	70 764 420	7 547 693	-	78 312 114
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de desenvolvimento	328 678 591	10 591 329	-701 080	338 568 839
Propriedade industrial	44 459 728		- 1 615 379	42 844 349
Outros ativos intangíveis	606 377	20 320		626 696
Ativos intangíveis em curso	746 475	110 610		857 085
Goodwill	16 981 372			16 981 372
	391 472 542	10 021 178	- 1 615 379	399 878 342
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Partes de capital em outras empresas	114 820			114 820
Outras aplicações financeiras	263 585	62 864		326 448
	378 405	62 864	-	441 268
TOTAIS	462 615 367	17 631 735	- 1 615 379	478 631 724

Os aumentos no Ativo intangível respeitam a projetos de desenvolvimento, relacionados com ensaios clínicos para testar o princípio ativo a aplicar em medicamentos inovadores.

RUBRICAS	2017			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF. e ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais	8 646 508	-	-	8 646 508
Edifícios e outras construções	21 004 886	690 741	4 980 680	26 676 307
Equipamento básico	22 356 858	821 920	422 963	23 601 762
Equipamento de transporte	712 074	346 569	- 127 323	931 320
Equipamento administrativo	8 406 351	367 715	169 535	8 943 602
Outros ativos fixos tangíveis	1 456 053	162 810	- 863	1 618 000
Ativos tangíveis em curso	1 963 987	4 163 885	- 5 780 951	346 921
	64 546 718	6 553 640	- 335 938	70 764 420
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de desenvolvimento	293 937 049	5 492 748	20 248 794	328 678 591
Propriedade industrial	43 981 708	4 728 387	- 4 250 367	44 459 728
Outros ativos intangíveis	667 369	-	- 60 992	606 377
Ativos intangíveis em curso	24 129 879	5 865 390	- 29 248 794	746 475
Goodwill	16 981 372	-	-	16 981 372
	379 697 377	16 086 525	- 4. 311. 360	391 472 542
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Partes de capital em outras empresas	119 820	-	- 5 000	114 820
Outras aplicações financeiras	219 771	43 814	-	263 585
	339 591	43 814	- 5 000	378 405
TOTAIS	444 583 686	22 683 979	- 4 652 298	462 615 367

b) Amortizações

RUBRICAS	2018			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF.E ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	15 037 205	995 084		16 032 290
Equipamento básico	18 078 183	1 063 029		19 141 213
Equipamento de transporte	607 176	124 348		731 524
Equipamento administrativo	8 156 348	346 832		8 503 179
Outros ativos fixos tangíveis	1 362 028	31 056		1 393 083
	43 240 940	2 560 349	-	45 801 289
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de desenvolvimento	79 828 614	19 871 004		99 699 618
Propriedade industrial	23 779 038	984 220		24 763 257
Outros ativos intangíveis	544 081	34 072		578 152
Goodwill	3 396 275	1 698 134		5 094 409
	107 548 007	22 587 430	-	130 135 437
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Partes de capital em empresas do grupo	-	-	-	-
Partes de capital em outras empresas	-	-	-	-
	-	-	-	-
TOTAIS	150 788 947	25 147 778	-	175 936 726

De realçar a amortização no ano do projeto de desenvolvimento do medicamento Zebinix para a área terapêutica antiepilética adjuvante, "monoterapia" e pediatria (€ 5.362.031, € 7.000.997 e €2.025.163, respetivamente), cuja comercialização se iniciou em 2009, 2015 e 2017. Salientamos ainda a amortização no ano do projeto de desenvolvimento do medicamento Ongentys para a doença de Parkinson (€ 3.211.125), cuja comercialização se iniciou em 2016.

Encontra-se registadas perdas por imparidade de € 11.602.188 e € 11.150.493, relativas, respetivamente, ao projeto de desenvolvimento do BIA2 na área da dor neuropática neuralgia diabética e da dor neuropática neuralgia pós-herpética, que correspondem ao total do custo do investimento líquido de amortização.

RUBRICAS	2017			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF.E ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	14 540 178	497 027	-	15 037 205
Equipamento básico	17 101 157	1 154 848	- 177 823	18 078 183
Equipamento de transporte	514 018	104 781	- 11 624	607 176
Equipamento administrativo	7 727 073	462 774	- 33 499	8 156 348
Outros ativos fixos tangíveis	1 289 339	73 552	- 863	1 362 028
	41 171 766	2 292 982	- 223 809	43 240 940
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de desenvolvimento	61 268 495	18 560 119	-	79 828 614
Propriedade industrial	21 475 238	4 764 730	- 2 460 930	23 779 038
Outros ativos intangíveis	609 514	7 778	- 73 211	544 081
Goodwill	1 698 137	1 698 138	-	3 396 275
	85 051 384	25 030 765	- 2 534 141	107 548 007
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Partes de capital em empresas do grupo	-	-	-	-
Partes de capital em outras empresas	-	-	-	-
	-	-	-	-
TOTAIS	126 223 150	27 323 747	- 2 757 950	150 788 947

c) Imparidade

DESCRIÇÃO	IMPARIDADES	AUMENTO	REVERSÃO	TOTAL
Projetos de desenvolvimento	25.027.948	-	2.275.268	22.752.681
Propriedade industrial	183.597	-	88.606	94.991
TOTAL	25.211.545	-	2.363.874	22.847.671

A imparidade dos ativos intangíveis é testada anualmente independentemente de haver ou não indicação de que estes ativos possam estar em imparidade.

Dado que estes ativos não geram só por si fluxos de caixa, são imputados às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) a que pertencem por forma a determinar o respetivo valor de uso.

O valor de uso do ativo intangível é determinado utilizando projeções de fluxos de caixa durante o período no qual os medicamentos estão protegidos pela patente (geralmente até 2028, com redução significativa após 2021, data a partir da qual a patente expira) aprovados pela Administração, as quais têm em conta as receitas provenientes da comercialização dos medicamentos e as receitas provenientes de "milestones", deduzidas das despesas de desenvolvimento associadas. Os fluxos de caixa futuros foram descontados usando uma taxa de desconto de 8,7% (2017: 8,7%).

Em sequência do teste de imparidade efetuado, conclui-se que existe uma margem de segurança elevada face a variações não estimadas, quer das receitas, quer da taxa de desconto, que permite a recuperabilidade do ativo.

O valor de uso dos ativos tangíveis é determinado utilizando projeções de fluxos de caixa de orçamentos para cinco anos aprovados pela Administração e não têm em conta eventuais atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da UGC que está a ser testada.

O cálculo do valor descontado (método dos "Discounted Cash-Flows") é especialmente sensível às seguintes variáveis:

- Quota de mercado durante o período orçamental;
- Margem bruta;
- Taxa de crescimento;
- Período de vida útil;
- Taxas de desconto (tendo em conta nomeadamente que ativos intangíveis têm um risco associado superior).

Os resultados do teste indicam que o valor recuperável dos ativos é bastante superior ao valor contabilístico.

A forma de agregar ativos para identificar as unidades geradoras de caixa não se alterou desde o último exercício.

Parte dos ativos intangíveis foram adquiridos beneficiando de subsídios do Governo.

13. Ativos em poder de terceiros

Os Ativos fixos tangíveis estão totalmente afetos à produção, comercialização e promoção de especialidades farmacêuticas, atividade a que a empresa se dedica.

14. Outras créditos a receber e outras dívidas a pagar

a) Ativos

	2018	2017
EISAI	506 116	1 210 068
Adiantamentos a fornecedores	21 440 989	7 671 305
Outros	1 804 136	1 646 604
Curto prazo	23 751 241	10 527 977

Está constituída uma imparidade de € 34.108 (2017: € 35.924), referente a Portugal.

b) Passivos

Inclui, no médio e longo prazo, €8.845.188 de impostos diferidos passivos sobre subsídios, em conformidade com FAQ emitida pela CNC.

15. Estado e Outros Entes Públicos

	2018 Ativo	2018 Passivo	2017
IRC	6 402 909	-	-1 260 278
IRS	-	929 091	-941 616
IVA	4 236 907	370 271	1 937 482
Segurança Social	-	1 153 752	-942 136
Infarmed	-	23 845	-3 202
Outros impostos	9 346	421 884	-28 631
TOTAL	10 649 162	2 898 843	-1 238 381

Não há dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

16. Diferimentos e acréscimos

a) Ativos

	2018	2017
Devedores por acréscimos de rendimentos	2 499 482	7 151 175
Gastos a reconhecer	2 541 624	1 060 977

O saldo de devedores por acréscimos de rendimentos inclui verbas a receber do Portugal 2020 relativas a participações financeiras em projetos de investigação e desenvolvimento (€ 923.310) (2017: 5.771.866).

b) Passivos

	2018	2017
Remunerações a liquidar	5 770 430	5 301 215
Juros a liquidar	1 483 993	1 199 096
Gastos comerciais BIAL Espanha - promoção de Zebinix	1 347 703	4 672 086
Outros	8 124 969	4 530 794
TOTAL	16 727 095	15 703 191

Rendimentos a reconhecer

Encontram-se registados €44.191 (2017: 3.915.409), na rubrica de rendimentos a reconhecer, referentes ao Portugal 2020.

[Handwritten signatures and initials]

17. Financiamentos obtidos

	Médio Longo Prazo 2018	Curto Prazo 2018	TOTAL 2018	TOTAL 2017
Descoberto bancário		2 219	2 219	2 322 508
Financiamentos bancários	67 993 561	54 131 399	122 124 960	142 744 076
Factoring			0	0
Empréstimo obrigacionista	80 000 000	45 560 000	125 560 000	65 000 000
Outros empréstimos obtidos (subsídios reembolsáveis)	2 466 188	1 196 647	3 662 835	5 217 499
Contas correntes caucionadas			0	0
TOTAL	150 459 749	100 890 265	251 350 014	215 284 082

O Grupo possui negociados e não utilizados com diversas instituições financeiras, financiamentos, descobertos bancários e contas caucionadas no montante de 44 M€, para satisfazer futuras atividades operacionais, de investimento e compromissos financeiros.

As principais garantias e condições dos contratos com os Bancos são as seguintes:

Garantias:

- Não há qualquer garantia dada por BIAL, exceto as mencionadas na nota 35.

Outras condições:

- Ownership, Pari Passu, Cross-Default e Negative pledge;
- Constituem condições de denúncia de contratos de financiamento o incumprimento das condições contratualmente definidas banco a banco.

Relativamente aos empréstimos obrigacionistas, a decomposição é a seguinte:

- 2014: € 50.000.000 (dívida atual de 40.560.000), com maturidade em 2019, sendo a cotação da Euronext Access no final do ano de €101, encontrando-se acima do par (€100).
- 2017: € 15.000.000, com maturidade em 2021, tendo sido tomado por uma instituição bancária.
- 2018: € 60.000.000, com maturidade em 2023, sendo a cotação da Euronext Access no final do ano de €101, encontrando-se acima do par (€100).
- 2018: € 10.000.000, com maturidade em 2022, tendo sido tomado por uma instituição bancária.

18. Fornecedores de investimentos

Bem	Valor do Contrato			Valor residual	Valor em dívida em 31.12.2018		
		Início	Fim		Curto-Prazo	Médio-Longo Prazo	Total
Viatura ligeira	176.140	2017	2021	8.801	41.671	72.462	114.133
Viatura ligeira	95.764	2018	2022	1.901	27.399	58.308	85.707
Linha de embalamento	1.666.579	2016	2020	33.203	414.251	137.743	551.994
Máquina de embalagem	361.843	2015	2019	7.237	97.851	-	97.851
					581.172	268.513	849.686
TOTAL da rubrica de fornecedores de investimentos					4.541.280	418.513	4.959.793

19. Provisões e Imparidades

	Saldo inicial	Aumento	Utilização	Reversão	Saldo final
Provisões para devoluções de clientes - BIAL Espanha	370 727	69 701			440 428
Provisões para devolução de clientes - Portugal	310 825	41 447			352 272
Provisão para litígios laborais – Bial Espanha	156.000		156.000		0
Provisões para indemnização a agentes comerciais - Itália	29 519	62 033			91 552
Total	867.071	173 181	156.000	0	884 252
Imparidade para inventários - Portugal	114 602	92 727			207 329
Imparidade para inventários - Espanha	0	99 762			99 762
Subtotal	114 602	192 489	0	0	307 091
Imparidade para clientes - Portugal	129 355				129 355
Imparidade para outros devedores - Portugal	35 924			1 816	34 108
Imparidade para clientes - Moçambique	3 747	517			4 264
Subtotal	169 026	517	0	1 816	167 728
Total	283 628	193 006	0	1 816	474 819

20. Vendas e serviços prestados

A atividade consolidada do Grupo BIAL foi repartida pelas seguintes áreas geográficas:

Mercados:	2018		2017	
	VENDAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	VENDAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Portugal	68 507 768	6 561 680	64 506 209	5 775 386
Espanha	76 939 048	0	60 048 587	322 052
Estados Unidos	50 281 324	8 055 840	33 508 975	27 894 003
Itália	2 071 773	0	1 240 824	0
Moçambique	9 172 979	411 747	4 988 380	481 148
Angola	4 926 976	0	5 075 033	
Externo (Resto da Europa)	24 008 616	317 138	17 490 581	25 897 779
Externo (Resto do Mundo)	4 851 652	4 500 000	7 434 517	0
TOTAL	240 760 137	19 846 404	194 293 106	60 370 367

Em 2018, encontram-se contabilizados na rubrica de prestação de serviços (mercado externo) os "milestones" de licenciamento de BIA 9 para os EUA (10 M USD), para a China (2,5 M€) e para a Coreia do Sul (1 M€). Existem ainda "milestones" de licenciamento de BIA 2 para a Coreia do Sul (1 M€). As prestações de serviços no mercado interno referem-se, essencialmente, à promoção de medicamentos comercializados por outras empresas.

Handwritten signatures and initials:
 [Signature] [Initials] [Initials] [Initials]
 9/11 [Initials]

Em 2017, encontram-se contabilizados na rubrica de prestação de serviços (mercado externo) 28 M€ do "milestone" de licenciamento de BIA 9 para os EUA e 25 M€ da aprovação da "monoterapia" (BIA 2) para Europa. As prestações de serviços no mercado interno referem-se, essencialmente, à promoção de medicamentos comercializados por outras empresas.

Em 2018, as vendas para o mercado externo incluem € 173.396 de princípios ativos (BIA9) (2017: 0 M€).

21. Subsídios à exploração

Inclui a comparticipação para despesas realizadas no âmbito do Portugal 2020 – projetos de investigação e desenvolvimento em novos medicamentos, cujo contrato foi assinado em 2017/01/23 e comparticipa despesas realizadas no período de 2015-2018.

22. Trabalhos para a própria entidade

Projetos desenvolvimento	2018	2017
- Portugal	580.083	120.411
- Espanha	0	0
TOTAL	580.083	120.411

Esta rubrica refere-se a projetos de desenvolvimento, efetuados internamente pelas empresas do grupo, e que são capitalizadas em ativo intangível. A mensuração é efetuada ao custo e inclui materiais, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico imputados tendo por base a capacidade normal de produção.

23. Demonstração do custo das mercadorias e das matérias consumidas

MOVIMENTOS	MAT. PRIMAS, SUBSID. E DE CONSUMO	MERCADORIAS	TOTAL	2017
Existências iniciais	39 249 661	9 162 967	48 412 628	53 033 574
Compras	25 293 544	43 094 593	68 388 137	59 089 318
Regularização existências	-1 140 665	1 390 238	249 573	-2 091 868
Existências finais	-35 924 198	-10 240 549	-46 164 747	-48 412 628
Custos no exercício	27 478 342	43 407 249	70 885 591	61 618 396

O valor global de existências em poder de terceiros, à data de 31.12.2018, é de € 17.415.766 (2017: € 17.207.117).

24. Fornecimentos e serviços externos

	2018	2017
Publicidade e propaganda	36 356 272	28 598 221
Trabalhos especializados (ver nota 31)	41 924 452	23 429 427
Honorários	8 086 794	2 062 479
Combustíveis	1 655 154	984 923
Transportes de mercadorias	847 169	688 391
Rendas e alugueres	3 171 576	3 024 087
Deslocações e estadas	5 186 232	4 792 544
Royalties	21 858	54 136
Conservação e reparação	1 134 973	1 210 200
Comissões	94 622	1 119 376
Outros	5 614 881	4 884 920
TOTAL	104 093 984	70 848 703

25. Gastos com pessoal

	2018	2017
Remunerações dos órgãos sociais	2 972 731	2 387 794
Remunerações do pessoal	39 682 833	38 266 924
Encargos sociais	9 121 174	5 979 560
Outros gastos com pessoal	2 316 669	1 739 853
	54 093 407	48 374 132

O número de empregados das empresas incluídas na consolidação durante o exercício de 2018 foi de 822 (2017: 742), repartidos da seguinte forma:

Empresa:	Empregados
BIAL Holding, SA	3
BIAL - Portela & C ^a , S.A.	410
MediBIAL, S.A.	33
InterBIAL, S.A.	26
BIALport, S.A.	46
BIAL Consumer Health, S.A.	11
Novipharma, S.A. (Suíça)	3
Laboratórios BIAL, S.A. (Espanha)	152
Medimport, Lda (Moçambique)	29
BIAL Itália, S.R.L	17
BIAL América Latina, S.A.	3
BIAL Deutschland GmbH	41
BIAL Pharma UK Limited	19
BIAL Angola, S.A.	14
Bureau représentation Costa do Marfim	15
TOTAL	822

Em 31.12.2018 o valor das dívidas a pagar ao pessoal é de 58.181 (2017: 4.203).

26. Imparidades, reduções de justo valor, provisões e reversões

	2018	2017
Imparidade clientes Portugal	0	26 759
Imparidade para Outros Devedores (Portugal)	0	1 816
Imparidade inventários Portugal	92 727	64 812
Imparidade inventários Espanha	99 762	0
Imparidade clientes Moçambique	517	0
Perdas por imparidade	193 006	93 387
Reversão/(Imparidade) para patentes Portugal	88 606	90 030
Imparidade para ativo intangível (nota 8)	2 275 268	2 275 268
Imparidade (Perda)/Reversão de ativos depreciables/amortizáveis	2 363 874	2 365 298
Reversão de imparidade para inventários Portugal	0	176 067
Provisão para devolução de clientes Portugal	0	70 226
Reversão de imparidade de clientes Portugal	0	3 416
Reversão de imparidade de outros devedores Portugal	1 816	0
Reversões	1 816	249 709
Provisão para devolução de clientes Portugal	41 447	0
Provisão para devolução de clientes Espanha	69 701	0
Provisões para litígios laborais - BIAL Espanha	0	156 000
Provisão para Fundo de Pensões Itália	62 033	29 519
Provisões	173 181	185 519

27. Outros rendimentos

	2018	2017
Rendimentos suplementares	3 199 223	3 382 659
Descontos p.p. obtidos	5 119	4 959
Rendimentos e ganhos investimentos não financ.	3 801	1 309 422
Diferenças de câmbio favoráveis	628 186	1 233 465
Correções relativas a exerc. Ant.	16 176	131 566
Excesso da estimativa para impostos	12 661	
Imputação de subsídios para investimentos	3 528 274	3 358 363
Outros	1 510 597	8 461 034
	8 904 037	17 881 469

Os subsídios para investimentos referem-se à comparticipação para despesas realizadas no âmbito de projetos de investigação e desenvolvimento em novos medicamentos, considerando a respetiva imputação proporcional à amortização dos investimentos subsidiados.

28. Outros gastos

	2018	2017
Impostos	2 894 404	2 345 240
Descontos de p.p. concedidos	298 104	390 577
Perdas em inventários	698 927	1 300 961
Gastos e perdas em investimentos não financ.	102 128	57 770
Correções relativas a exercícios anteriores	141 198	386 916
Donativos	2 077 228	2 173 000
Quotizações	265 112	295 181
Ofertas e amostras de inventários	215 746	262 697
Insuficiência de estimativa para impostos	306	203 339
Despesas de propriedade industrial	1 040 593	937 146
Multas e penalidades	451 837	2 022
Outros	849 121	588 362
	9 034 704	8 943 210

As "Perdas em inventários" dizem respeito a destruição de produto acabado por prazo de validade (devoluções de clientes) e quebras ocorridas durante o processo produtivo.

29. Juros e rendimentos/gastos similares

	2018	2017
Juros e gastos similares suportados:		
Juros suportados	6 058 873	7 157 595
Diferenças câmbio desfavoráveis	1 534 457	1 061 232
Outros custos e perdas financeiros	2 217 073	2 427 664
	9 810 403	10 646 492
Resultados financeiros	-9 072 150	-9 302 125
	738 253	1 344 367
Juros e rendimentos similares obtidos:		
Juros obtidos	645 755	54 284
Outros rendimentos similares	92 499	1 290 083
	738 253	1 344 367

30. Crédito fiscal à investigação e desenvolvimento

- Crédito fiscal de 2013 de investigação e desenvolvimento	13.248.713
- Crédito fiscal de 2014 de investigação e desenvolvimento	12.365.891
- Crédito fiscal de 2015 de investigação e desenvolvimento	8.557.599
- Crédito fiscal de 2016 de investigação e desenvolvimento	7.957.819
- Crédito fiscal de 2017 de investigação e desenvolvimento	7.728.410
- Crédito fiscal de 2018 de investigação e desenvolvimento	9.803.900
Saldo a Transitar	59.662.332

Nota: O crédito fiscal de 2018 e 2017 está pendente de aprovação pela Comissão Certificadora para os Incentivos Fiscais à I&D Empresarial.

31. Investimentos em Investigação e Desenvolvimento

	2018	2017
Projetos de I&D (ativo intangível)	10 602 485	11 319 805
Ativo tangível	2 731 691	1 271 689
Gastos com pessoal	8 951 424	7 680 419
Fornecimentos e serviços diretamente relacionados com atividades de I&D	31 878 406	17 696 611
Investimento total	54 164 006	37 968 524

A empresa registou, adicionalmente, os seguintes gastos relativos à atividade de investigação e desenvolvimento:

	2018	2017
Amortizações	20 444 889	19 132 859
Imparidade / (Reversão) - BIA2	-2 275 268	-2 275 268
Direitos de propriedade industrial - gastos	225 652	317 490
Direitos de propriedade industrial – ativo	1 797 245	4 728 386
Prestação de serviços (milestones)	-12 527 615	-52 894 003
Total	7 664 903	-30 990 536

32. Locações

a. Locações financeiras

A empresa possui contratos de locação financeira para ativos do equipamento básico e equipamento de transporte. Estes contratos têm opções de compra. Os ativos locados não podem ser sujeitos a sublocação.

A quantia inicial escriturada dos bens em regime de locação financeira, para cada categoria de ativo, consta da nota 18.

[Handwritten signatures and initials]

b. Locações operacionais

Os contratos de locação operacional em que a empresa é locatária referem-se a viaturas colocadas à disposição de Administradores e colaboradores.

Os contratos não contêm cláusulas de opção de compra.

A empresa tem por política proceder à efetiva substituição das viaturas no fim dos contratos que têm uma duração de 4 anos.

Não há restrições impostas por contratos de locação operacional.

33. Risco financeiro

No Grupo Bial, os principais passivos financeiros são os empréstimos obtidos junto de instituições bancárias e as contas a pagar a fornecedores de matérias primas e aos laboratórios que prestam os serviços de I&D. Os passivos financeiros são incorridos com a finalidade de financiar as operações do Grupo, nomeadamente o seu fundo de maneo e os investimentos de I&D.

Os ativos financeiros decorrem das operações e são constituídos por contas a receber de clientes e outros devedores e caixa e depósitos de curto prazo.

Os riscos a que o Grupo Bial está exposto podem resumir-se em (i) risco de mercado essencialmente relacionado com as alterações da taxa de juro e de câmbio, (ii) risco de crédito e (iii) risco de liquidez. O principal objetivo do Grupo Bial é o de reduzir estes riscos a um nível aceitável.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco do justo valor dos cash-flows futuros flutuar em função de alterações nos preços de mercado. O risco de mercado engloba três tipos de risco: risco de taxa de juro, risco cambial e outros riscos de preços.

- Risco de câmbio

O Grupo não está exposto ao risco de câmbio, de forma significativa, na medida em que grande parte das suas receitas são expressas em Euros, bem como os passivos financeiros.

Nas contas a receber e nas contas a pagar comerciais, existem saldos expressos em moeda diferente do Euro, mas sem expressão relevante, tal como a seguir discriminado:

Clientes:

Moeda	Montante
MZN	150.867.253
USD	12.407.318
AOA	125.119.307

Fornecedores:

Moeda	Montante
GBP	2.334.074
USD	2.145.089
CHF	1.066.902
SEK	171.799
MZN	479.948.137
JPY	70.000
AOA	15.525.657

Risco de crédito

O risco de crédito no Grupo Bial é o risco dos seus clientes não cumprirem com as suas obrigações.

O controlo deste risco é exercido com base em informação interna (departamento de operações internacionais e externa recolhida, na qual se define a aprovação do crédito a conceder. A Direção Financeira efetua o controlo dos plafonds estabelecidos e/ou a estabelecer.

O Grupo não tem concentrações de risco de crédito significativas. Tem políticas que asseguram que as vendas são efetuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado. As vendas de vacinas são pagas antecipadamente por transferência bancária ou cartão de crédito. O Grupo tem políticas que limitam o montante de crédito a que têm acesso.

Uma parcela significativa da faturação interna é cedida a uma empresa de factoring, registando-se o crédito cedido sem recurso como disponibilidade imediata. O crédito cedido com recurso fica registado em outras contas a receber da empresa de factoring. Em qualquer dos casos, a responsabilidade de clientes é diminuída pela cessão dos créditos. O factoring possui um seguro de crédito que permite definir concessão de plafonds de crédito.

Apesar de existirem atrasos na liquidação de saldos, tal não significa, com base na informação existente e nos dados históricos de cada cliente, que seja de reconhecer imparidades para além das já registadas. A 31 de dezembro de 2018 não existem indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento relativamente aos valores incluídos em clientes não vencidos e para os quais não existe imparidade registada.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco que uma entidade venha a encontrar dificuldades para satisfazer compromissos associados aos passivos financeiros e compromissos assumidos, e face ao contexto atual de crise financeira com restrições maiores ao crédito e tendo em conta a opção estratégica de continuar a executar o plano de I&D ao mesmo ritmo dos últimos anos, é o maior risco a que o Grupo Bial tem vindo a ser exposto.

A empresa possui linhas de financiamento negociadas por utilizar no montante de 44 M€.

Para além dos empréstimos remunerados, de realçar que as contas a pagar a fornecedores (31-12-2018: 38,1 M€) vencem-se, na sua maioria, num prazo inferior a 90 dias.

Outros riscos operacionais

- Risco regulatório

O mercado farmacêutico é regulamentado pelo Infarmed na sua componente técnica e científica, assim como na área de preços e participações pelo SNS.

Nos últimos anos têm sido várias as alterações legislativas, salientando-se a que respeita à prescrição por designação comum internacional (Lei n.º 11/2012, que estabelece novas regras de prescrição e dispensa de medicamentos, procedendo à sexta alteração ao regime jurídico dos medicamentos de uso humano, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de Agosto, e à segunda alteração à Lei n.º 14/2000, de 8 de Agosto).

Por outro lado, destaca-se a nova metodologia de determinação de preços de venda ao público, base na definição de países de referência.

Os custos do SNS com o reembolso de medicamentos também registaram um decréscimo nos últimos anos, no âmbito do acordo entre a associação do sector, Apifarma, e o Ministério da Saúde.

No caso do limite de validade dos produtos, estes são definidos de acordo com as características de cada medicamento. As devoluções por prazo expirado são residuais, dada a gestão eficaz do circuito de venda, assim como as quebras por prazo expirado antes de comercialização, face à gestão de stocks eficaz adotada por BIAL.

No caso de sinistros é prática da empresa e das suas participadas a contratação de seguros em todas as áreas e pelos valores considerados suficientes.

34. Qualidade e Ambiente

Bial - Portela & C^a, S.A. encontra-se certificada pelas normas ISO 9001:2015 (Sistema de Gestão da Qualidade), ISO 14001:2015 (Sistema de Gestão Ambiental) e OHSAS 18001:2007/ NP 4397:2008 (Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho), tendo definido como objetivos prioritários no Plano Estratégico a três anos, os seguintes:

Efetuar as alterações adequadas na estrutura corporativa para garantir a otimização do suporte aos desafios de crescimento da organização;

Consolidar a política de Qualidade Total, Saúde e Segurança, bem como de Proteção Ambiental em todas as áreas do grupo;

Produzir com alto padrão de Qualidade, respeitando o Meio Ambiente, a Saúde e a Segurança de todos os funcionários em conformidade com as GMP;

Garantir a correta monitoração de processos e indicadores utilizados na avaliação de desempenho, definindo ações e mudanças estruturais para garantir que os objetivos planeados sejam alcançados;

Fortalecer a gestão por objetivos para envolver todos os colaboradores na maior produtividade e qualidade de produtos e serviços, bem como na satisfação do cliente;

Manter as certificações e autorizações existentes e aumentar o nível de implementação das GxP, trabalhando para alcançar o nível de Excelência.

De referir que os custos relativos à gestão ambiental com a Valormed são de €29.889 (2017: €33.542). A Valormed é a entidade responsável pela recolha de medicamentos e embalagens junto das Farmácias.

Os custos com encaminhamento de resíduos ascenderam a €57.572 (2017: €60.619).

A Qualidade é, no grupo BIAL, um objetivo estratégico primordial, tendo sido significativa a sua evolução nos últimos anos. Em termos internacionais, BIAL deverá marcar presença entre as principais empresas e, para atingir esse objetivo, deverá continuar a investir na formação e sensibilização dos seus colaboradores para a Qualidade, Saúde e Segurança no Trabalho e Ambiente.

35. Garantias prestadas

Garantias bancárias prestadas pelo Grupo à data de 2018.12.31:

Portugal

Beneficiário	Tipo de garantia	Valor
BEI	Financiamento bancário	54.428.571
IAPMEI	QREN – Projeto 4584	40.802
IAPMEI	QREN – Projeto 4920	21.222
IAPMEI	QREN – Projeto 4859	35.727
IAPMEI	QREN – Projeto 17284	194.820
IAPMEI	QREN – Projeto 17282	213.938
IAPMEI	COMPETE – Projeto 2013/000029	164.254
IAPMEI	COMPETE – Projeto 2013/000030	313.031
IAPMEI	COMPETE – Projeto 2013/000031	220.665
MEDIMOC	Fornecimento de medicamentos	CHF 4.920
MEDIMOC	Fornecimento de medicamentos	CHF 43.000
EMPROFAC	Fornecimento de medicamentos	9.354
Ministério da Saúde de Timor Leste	Fornecimento de medicamentos	USD 2.471
SAMES MINISTRY HEALTH	Fornecimento de medicamentos	USD 6.489
IGIF	Fornecimento de medicamentos	3.315
C. M. MAIA	Caução de obras públicas	14.964
Emprofac	Fornecimento de medicamentos	9.199
Azienda Ospedaliera Melegnano	Financiamento Bancário a BIAL Itália	6.617
Azienda Ospedaliera S. Salvini	Fornecimento de Medicamentos Hosp Italianos	39.582
Roxall Medizin	Contra de compra e venda	2.500.000

36. Acontecimentos após a data do balanço

Não há acontecimentos após a data do balanço que possam influenciar a apresentação e interpretação das presentes demonstrações financeiras.

No entanto, realça-se que, em março de 2019, foi faturado, relativamente, ao acordo de licenciamento do medicamento Ongentys para o mercado japonês, o montante de 12,9M€ referente à segunda tranche

37. Divulgações exigidas por diplomas legais

Não existem operações não incluídas no Balanço pelo que não há lugar à divulgação da respetiva natureza, objetivo comercial, impacto financeiro ou riscos e benefícios.

Trofa, 2019 março 15

O Diretor Financeiro e CC

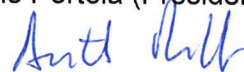


Branco da Costa

O Conselho de Administração da
empresa-mãe (BIAL Holding, S.A.)



Luís Portela (Presidente)



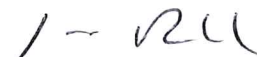
António Portela (CEO)



Franz Humer (Vogal)



Isabel Morgado (Vogal)



José Redondo (Vogal)



Miguel Portela (Vogal)



Soares da Silva (Vogal)